



República de Moçambique

Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE PALMA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO



Edição 2014

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa.

Copyright © 2012 Ministério da Administração Estatal

Todos os direitos reservados.



Publicado por

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Direção Nacional de Administração Local

Maputo - Moçambique

Primeira edição, primeira impressão 2012

Esta publicação está disponível na Internet em <http://www.portaldogoverno.gov.mz>

PÁGINAI

Palma



Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
1 Breve Caracterização do Distrito	1
1.1 Localização, Superfície e População	1
1.2 Clima, Relevo e Solos	1
1.3 Infraestruturas, Economia e Serviços	2
1.4 História e cultura	3
1.5 Sociedade civil	5
2 Demografia	7
2.1 Estrutura etária e por sexo	7
2.2 Traço sociológico	8
2.3 Analfabetismo e Escolarização	9
3 Habitação e Condições de Vida	11
4 Organização Administrativa e Governação	15
4.1 Governo Distrital	15
4.2 Síntese das atribuições e da actividade dos órgãos distritais	18
4.2.1 Secretaria Distrital	18
4.2.2 Serviço Distrital de Actividades Económicas	18
4.2.3 Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia	21
4.2.3.1 Educação	21
4.2.3.2 Cultura	24
4.2.4 Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social	25
4.2.4.1 Saúde	25
4.2.4.2 Acção Social	27
4.2.4.3 Género	30
4.2.5 Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas	33
4.2.5.1 Ordenamento Territorial	34
4.2.5.2 Gestão Ambiental	34
4.2.5.3 Educação Ambiental	34
4.2.5.4 Infraestruturas	34
4.3 Finanças Públicas e Investimento	35
4.4 Justiça, Ordem e Segurança pública	36
4.5 Constrangimentos e Perspectivas	37
5 Actividade Económica	39
5.1 População economicamente activa	39
5.2 Pobreza e Segurança Alimentar	42
5.3 Infraestruturas de base	43
5.4 Uso e Cobertura da Terra	45



5.5	Sector Agrário	48
5.5.1	Produção agrícola e sistemas de cultivo	48
5.5.2	Pecuária	49
5.5.3	Pescas, Florestas e Fauna bravia	50
5.6	Indústria, Comércio e Serviços	51
6	Visão e Estratégia de Desenvolvimento Local	53
6.1	Visão	53
6.2	Problemas e Potencialidades	53
6.3	Estratégias de Desenvolvimento	54
6.3.1	Área Económica	54
6.3.2	Área Social	56
6.3.3	Infraestruturas Técnicas	58
6.3.4	Ambiente	59
6.3.5	Governança	61

Lista de quadros

Quadro 1.	População por posto administrativo, 1/7/2012	7
Quadro 2.	Pessoas residentes no distrito, segundo o local de nascimento	7
Quadro 3.	Agregados familiares, segundo a dimensão	8
Quadro 4.	Agregados familiares, segundo o tipo sociológico	8
Quadro 5.	Distribuição da população, segundo o estado civil	8
Quadro 6.	População com 5 anos ou mais, por língua materna e sexo	8
Quadro 7.	População de 5 anos ou mais e conhecimento de Português	9
Quadro 8.	População com 15 ou mais anos, e alfabetização, 2012	10
Quadro 9.	Habitações segundo o regime de propriedade	11
Quadro 10.	Tipo de habitações	11
Quadro 11.	Habitações segundo o material de construção	12
Quadro 12.	Habitações, água, saneamento e energia	14
Quadro 13.	Famílias, segundo a posse de casa própria e bens duráveis	14
Quadro 14.	População com 5 anos ou mais, e frequência escolar	21
Quadro 15.	População de 5 anos ou mais, por nível de ensino	21
Quadro 16.	Taxas de escolarização	22
Quadro 17.	Escolas, alunos e professores, 2012	23
Quadro 18.	População de 10 anos ou mais, por nível de ensino concluído	23
Quadro 19.	Indicadores de cuidados de saúde, 2012	25
Quadro 20.	População de 0-14 anos, por condição de orfandade, 2007	27
Quadro 21.	População deficiente, 2007	27
Quadro 22.	População portadora de deficiência, segundo a causa	27
Quadro 23.	Atendimento as crianças em situação difícil	30
Quadro 24.	Programa de desenvolvimento infantil	30
Quadro 25.	Programa de pessoas portadoras de deficiência	30
Quadro 26.	Programa de subsídio de alimentos e comida pelo trabalho	30
Quadro 27.	Uso de novas tecnologias (10 anos ou mais)	32
Quadro 28.	Execução orçamental (em '000 MT)	35
Quadro 29.	Registo e Notariado	36



Quadro 30.	População segundo a condição de actividade	39
Quadro 31.	População activa, ocupação e ramo de actividade, 2007	40
Quadro 32.	População activa, ocupação e ramo de actividade, 2007	41
Quadro 33.	Reabilitação e manutenção de estradas e pontes	43
Quadro 34.	Frota de transporte rural	43
Quadro 35.	Programa de abastecimento de água urbana	44
Quadro 36.	Acesso as fontes de água nas zonas rurais	44
Quadro 37.	Acesso à energia eléctrica e a rede de distribuição de combustíveis	45
Quadro 38.	Uso e Cobertura da Terra	45
Quadro 39.	Produção agrícola, por principais culturas: 2010-2012	49
Quadro 40.	Efectivo pecuário	50
Quadro 41.	Rede Industrial	51
Quadro 42.	Rede comercial	52
Quadro 43.	Estabelecimentos Turísticos	52

Lista de figuras

Figura 1.	População com 5 anos ou mais, por língua materna.....	9
Figura 2.	Tipo de habitações.....	12
Figura 3.	Habitações segundo o material de construção.....	13
Figura 4.	Habitações e condições básicas existentes.....	13
Figura 5.	População (5 anos ou mais) por grau de ensino frequentado.....	22
Figura 6.	População (10 anos ou mais) por grau de ensino concluído.....	24
Figura 7.	Indicadores de escolarização por sexos.....	31
Figura 8.	População (15 anos ou mais), segundo a actividade e sexo.....	32
Figura 9.	População segundo a posição no trabalho e sexo.....	33
Figura 10.	População com 15 anos ou mais, segundo a actividade.....	40
Figura 11.	População activa, segundo a ocupação principal.....	41
Figura 12.	População activa, segundo o ramo de actividade.....	42
Figura 13.	Explorações segundo a sua utilização.....	47
Figura 14.	Explorações por classes de área cultivada.....	47



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 25 milhões de habitantes, Moçambique enfrenta exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efetivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Assim sendo, o Distrito é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Contribuir para avaliar o potencial distrital, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação da versão actualizada dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando para cada distrito, no período que medeia 2009 a 2012 – a avaliação possível do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos de que este produto apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efetivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de administração distrital ajustados às prioridades da região e ao quadro de desconcentração de competências de afectação de recursos públicos; e
- dotado de processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível local e central, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, o Ministério da Agricultura e o Ministério para Coordenação da Acção Ambiental. A todos os intervenientes e, em particular, aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução.

Ao PNUD e outros Doadores que, por via do Projecto de Descentralização e Desenvolvimento Local, apoiaram esta iniciativa, o nosso encarecido reconhecimento.

A finalizar, referir que estas publicações inserem-se no esforço continuado do Ministério da Administração Estatal através da sua Direcção Nacional de Administração Local, autora dos Perfis Distritais, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento em Moçambique.

Entusiasmos, pois, todas as contribuições e comentários que façam chegar directamente a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Junho de 2014.


Carmelita Namashulua

Ministra da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

APEs	Agentes Polivalentes Elementares
BCI	Banco Comercial e de Investimentos
BIM	Banco Internacional de Moçambique
CDPRM	Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique
CENACARTA	Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
CFM	Caminhos de Ferro de Moçambique
CGRN	Comité de gestão de recursos naturais
CISM	Centro de Investigação em Saúde da Malária
CL's	Conselhos Locais
CNCS	Conselho Nacional de Combate ao SIDA
COVs	Crianças Órfãs e Vulneráveis
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
DPOPH	Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação
DPPF	Direcção Provincial do Plano e Finanças
DPS	Direcção Provincial de Saúde
DTS	Doença de Transmissão Sexual
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
EN1	Estrada Nacional nº 1
EP1	Ensino Primário do 1º Grau
EP2	Ensino Primário do 2º Grau

EPC	Escola Primária Completa
ESG1	Ensino Secundário Geral do 1º ciclo
ESG2	Ensino Secundário Geral do 2º ciclo
ET	Ensino Técnico
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
GD	Governo Distrital
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
IFP	Instituto de Formação de Professores
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCC's	Instituições de participação e consulta comunitária
ITS's	Infecções de Transmissão Sexual
LOLE	Lei dos Órgãos Locais do Estado
MAE	Ministério da Administração Estatal
Mcel	Moçambique Celular
MF	Ministério das Finanças
MINAG	Ministério da Agricultura
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
ONGs	Organizações Não Governamentais
ORAM	Organização de Ajuda Mútua
PA	Posto Administrativo
PARPA	Plano de Acção Para Redução da Pobreza Absoluta
PEDD	Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPFD	Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas
PQG	Programa Quinquenal do Governo

PRM	Polícia da República de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água
SD	Secretaria Distrital
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SIFAP	Sistema de Formação em Administração Pública
STV	Soico Televisão
TDM	Telecomunicações de Moçambique
VODACOM	Operadora de telefonia móvel



MOÇAMBIQUE
Provincia de Cabo Delgado

Mapa de Localização do Distrito de Palma

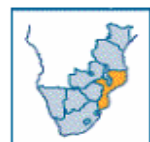


Fonte de Dados:
Base Topográfica Simplificada - CENACARTA-1999

Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção
Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
www.cenacarta.com

Palma

PÁGINAx



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Palma está localizado a nordeste da Província de Cabo Delgado, confinando a Norte com o rio Rovuma, que estabelece a fronteira com a Tanzânia, a Oeste com o distrito de Nangade, a sul com o distrito de Mocímboa da Praia e a este com o Oceano Índico.

A superfície do distrito¹ é de 3.537 km² e a sua população está estimada em 51 mil habitantes à data de 1/7/2012. Com uma densidade populacional aproximada de 14,5hab/km², prevê-se que o distrito em 2020 venha a atingir os 55 mil habitantes.

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.3, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 13 pessoas em idade activa. Com uma população jovem (39%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 99% (por cada 100 pessoas do sexo feminino existem 99 do masculino) e uma matriz rural acentuada.

1.2 Clima, Relevo e Solos

A região apresenta de novo um clima do tipo sub-húmido seco, onde a precipitação média anual varia entre 800 e 1000 mm e a temperatura média durante o período de crescimento das culturas excede os 25°C (24 a 26°C). A evapotranspiração potencial é da ordem dos 1400 a 1600 mm.

As planícies costeiras na região são dissecadas por alguns rios que sobem da costa para o interior, que gradualmente passa para um relevo mais dissecado com encostas mais declivosas intermédias, da zona subplanáltica de transição para a zona litoral.

É caracteriza-se pelos seus solos arenosos, lavados a moderadamente lavados, predominantemente amarelos a castanho-acinzentados, quer seja os da cobertura arenosa do interior (FerralicArenosols), quer seja os das dunas arenosas costeiras (HaplicArenosols), e ainda pelos solos da faixa do grés costeiro, de textura arenosa a franco argilo arenosa de cor predominantemente alaranjada (FerralicArenosols). Os solos arenosos hidromórficos de depressões e baixas ocorrem alternados com as partes de terreno mais elevadas (GleyicArenosols).

¹ Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção <http://www.cenacarta.com>

1.3 Infraestruturas, Economia e Serviços

O distrito de Palma conta com transporte marítimo e rodoviário e com a rede de telefonia móvel (Mcel, Vodacom e Movitel), estando ligado à rede nacional de energia da HCB, e em 2012 contou com 652 consumidores.

O distrito possui 39 escolas (das quais, 29 do ensino primário nível 1), e está servido por 6 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infraestruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares. De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

É dominada pelo sistema de produção baseado na cultura da mandioca, consociada com leguminosas de grão como o feijão nhemba e o amendoim.

O arroz de sequeiro é a cultura produzida nas planícies aluvionares dos principais rios que drenam a costa e planícies estuarinas, sendo normalmente produzidos em bacias de inundação preparadas para o efeito. Há ainda a referir a importância do coqueiro e do cajueiro no sistema de produção da zona costeira, quer como um produto que garante a segurança alimentar ou como fonte de rendimento para as famílias rurais.

O sistema agro-silvícola do caju é talvez o mais representativo. A consociação mais importante do caju compreende culturas como a mandioca e milho, seguindo o padrão tradicional de rotação e pousio de médio e longo prazo, dependendo bastante da idade dos cajueiros e sua produtividade. O coqueiro apresenta uma distribuição mais limitada para o interior. Praticamente toda a zona da mandioca fica dentro da zona do cajueiro.

Na campanha agrícola de 2011/2012, foi cultivada uma área de 51.766 hectares de culturas alimentares diversas (44 hectares de lavouras mecanizadas e 51.722 de lavouras manuais), o que representa um crescimento de 16,1%, quando comparado com os 44.595 hectares



cultivados na campanha agrícola de 2010/2011. No âmbito da produção de culturas alimentares, foram produzidas 242.113 toneladas de produtos alimentares diversos.

O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infraestruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário.

O distrito conta com um efectivo pecuário de 202.615 animais, o que corresponde a um crescimento de 23.3%, quando comparando com os 164.366 animais de diferentes espécies existentes em 2011.

É grande o potencial das árvores indígenas, tal como a messassa e a umbila, que são a principal fonte local de energia e de madeira de construção. A erosão dos solos já se faz sentir em algumas áreas do distrito.

A caça e a pesca são também recursos de que o distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. As espécies mais caçadas incluem gazelas, búfalos e zebras. Existem, ainda, elefantes, leões, leopardos, macacos, javalis e hipopótamos. A fauna bravia tem potencial para a caça comercial e para o turismo.

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

O parque industrial do distrito conta com 82 indústrias, na sua maioria moageiras (23), carpintarias (10), unidades de produção de blocos (10) e unidades de produção de sal (10).

O distrito conta com uma rede de 139 estabelecimentos comerciais, na sua maioria barracas (125).

Este distrito não tem potencial turístico significativo e as infraestruturas de desenvolvimento do sector são muito limitadas. O distrito contava com 20 estabelecimentos turísticos em 2012.

1.4 História e cultura

Durante as migrações Bantu, estes formaram vários reinos que ocuparam um vasto território em Moçambique, incluindo o actual distrito de Palma.

Com a penetração Árabe, foram criadas feitorias comerciais ao longo da costa de Palma, onde se desenvolveram diversas actividades comerciais com o povo de Palma.

Os Árabes que comerciavam com o povo de Palma nestas feitorias costeiras traziam como principais produtos para troca, missangas, peças de porcelana e tecidos. Em troca recebiam da população local: copra, casca de mangal para a produção de tintas para os tecidos, castanha de caju e marfim.

Nesta época, os Árabes também estavam interessados no comércio de escravos, o que deu origem à criação de diversas fortalezas, como a que se encontra localizada na zona de Quiwa, e que constituiu um importante centro de tráfico de escravos. Os escravos eram transportados pelos Árabes em barcos negreiros chamados DALA. Nestas paragens, os Árabes eram conhecidos pela população de Palma por “WAN DALA”.

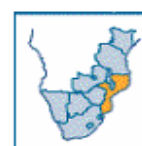
A população de Palma da época da penetração Árabe, ficou conhecida por povo TUNGUI, nome que foi dado por um comerciante Árabe chamado ABU SAID, que ao pedir água a uma habitante local, este lhe terá dado num recipiente de barro similar a um jarro de barro, que na língua Suahili era designado por Ntungui, daí derivando o nome que Abu Said atribuiu ao povo de Palma.

Ao longo do contacto comercial que os Árabes desenvolveram com o povo da baía de Tungui, foi sendo, aos poucos, levado a cabo um processo de islamização dessas populações, o que explica que nos dias de hoje a maior parte da população da baía de Tungui professe a religião islâmica.

A língua predominante nesta época era o Quimacue. Mas, por influência do povo vizinho da Tanzânia, o povo da baía de Tungui também comunicava em Suahili. Aspecto particular entre o povo Tungui era que os homens na sua maioria comunicavam com as suas mulheres e filhos na língua Suahili, ao passo que estas mulheres e os seus filhos, por sua vez, comunicavam com os homens na língua macue. Daqui se conclui que a língua Suahili foi concebida como uma língua para os homens, e a língua macue para as mulheres e crianças.

Com início de um novo tipo de comércio, os chefes Macondes e Macues, nas suas viagens para a costa (Baía de Tungui), levavam marfim e escravos para comercialização com os Árabes, dando assim origem como consequência dessas viagens, à criação de uma nova língua que surgiu da fusão da língua Maconde e da língua Macue.

No que diz respeito ao nome de Palma, reza a história que quando o general Carmona visitou a população de Macue, esta, para manifestar a sua satisfação e num sinal de boas



vindas, recebeu os visitantes batendo as palmas, passando, assim, a ser conhecida como a população de Palma.

Os homens Macue da zona continental construíam armadilhas (Mitego), e abriam covas (Mwinas) para caçar os animais de grande porte.

Grande parte da população está concentrada na costa, dedicando-se por isso à pesca. Os homens fabricam os seus próprios instrumentos de pesca. Para além da pesca de mar, esta actividade também é praticada nos rios e lagos, sobretudo na época das cheias.

As mulheres faziam panelas de barro para cozinhar, depositar água e conservar os cereais e fabricavam esteiras (Mikeka), cestos (Mikoba) e chapéus (Vipeu).

Os homens fabricavam redes de caça e construíam casas com cordas extraídas das plantas Mpama e Nkongue.

A população praticava o comércio com os árabes trocando os seus produtos (mapira, mandioca, castanha de caju, cestos, esteiras, peixe e copra) por rupias, missangas, tecidos, porcelanas e perfumes.

Os portugueses serviram-se dos Chefes Locais para garantir o controlo das populações e a cobrança do Imposto de Palhota, tendo para o efeito, implantado o sistema do regulado em todo o território Tungui.

Estes régulos recrutavam trabalhadores para o trabalho de Xibalo nas estradas de Palma/Mocímboa da Praia, Palma/Pundanhar, Palma/Quionga e nas plantações de sisal de Mpanga-Mocímboa da Praia. Os régulos mandavam prender aqueles que se recusavam.

Em 17 de Novembro de 1945, a Circunscrição de Tungui passa então a designar-se Circunscrição de Palma.

1.5 Sociedade civil

O Distrito possui um Conselho Consultivo Distrital composto por 49 membros e presidido pelo Administrador Distrital. No Distrito funcionam 4 Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos, presididos pelo respectivo Chefe do Posto Administrativo. No seu funcionamento participativo estes envolvem os membros dos 5 Conselhos Consultivos de Localidade.

Os membros dos Conselhos Consultivos do Distrito são envolvidos na apreciação do PEDD e PESOD e na avaliação periódica dos instrumentos da planificação territorial local, bem como no que se refere à opinião sobre a viabilidade de projectos de iniciativa local, e projectos com impacto directo nas comunidades, no âmbito de investimento local, que são submetidos posteriormente para decisão do Conselho Consultivo Distrital.

No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias, de acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais. Este trabalho culminou com a legitimação pelas respectivas comunidades dos Líderes Comunitários e com o seu reconhecimento pela autoridade competente.

A relação entre a Administração e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito.

A população, devidamente mobilizada pelas autoridades comunitárias, participa activamente na abertura de estradas terciárias, que tem facilitado o escoamento dos excedentes agrícolas, na construção de escolas com material precário, casas para alguns Presidentes das Localidades e enfermeiros, na conservação de fontes de água, na denúncia de malfeitores e na localização de terrenos para vários fins socioeconómicos e culturais, sempre que necessário.

A *religião* dominante é a Muçulmana, praticada pela maioria da população do distrito. Existem outras crenças no distrito, sendo prática corrente que os representantes das hierarquias religiosas se envolvam, em coordenação com as autoridades distritais, em várias actividades de índole social.

2 Demografia²

A superfície do distrito³ é de 3.537 km² e a sua população está estimada em 51 mil habitantes à data de 1/7/2012. Com uma densidade populacional aproximada de 14,5hab/km², prevê-se que o distrito em 2020 venha a atingir os 55 mil habitantes.

2.1 Estrutura etária e por sexo

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:1.3, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 13 pessoas em idade activa. Com uma população jovem (39%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 99% (por cada 100 pessoas do sexo feminino existem 99 do masculino) e uma matriz rural acentuada.

Quadro 1. População por posto administrativo, 1/7/2012

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
Distrito de Palma	51,438	8,128	12,013	23,196	6,103	1,999
Homens	25,614	3,931	5,968	11,397	3,207	1,110
Mulheres	25,824	4,197	6,045	11,799	2,895	888
P.A. de Palma	27,755	4,494	6,518	12,286	3,406	1,050
Homens	13,607	2,129	3,200	5,935	1,765	579
Mulheres	14,148	2,364	3,319	6,352	1,640	472
P. A. de Olumbe	13,359	2,006	3,053	6,280	1,493	527
Homens	6,879	1,005	1,526	3,235	803	310
Mulheres	6,478	1,003	1,527	3,044	691	214
P. A. de Pundanmar	3,565	573	842	1,601	408	142
Homens	1,734	280	428	746	208	72
Mulheres	1,832	293	414	854	201	71
P. A. de Quionga	6,760	1,054	1,600	3,030	795	280
Homens	3,394	517	815	1,481	432	149
Mulheres	3,366	537	785	1,548	364	132

Fonte: INE, Dados do Censo de 2007.

Das pessoas residentes no distrito, 84% nasceram no próprio distrito, o que denota fluxos de migração significativos.

Quadro 2. Pessoas residentes no distrito, segundo o local de nascimento

	Local de Nascimento		
	No próprio distrito	Noutro distrito da mesma província	Noutra Província
Total	84.3%	10.7%	5.0%
- Homens	81.7%	11.2%	7.2%
- Mulheres	87.0%	10.3%	2.8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

² Os dados demográficos e da habitação, excepto nota contrária, estão referidos a 1/8/2007, última data censitária.

³ Centro Nacional de Cartografia e Teledeteccção <http://www.cenacarta.com>

2.2 Traço sociológico

Das 14 mil famílias⁴ do distrito, o tipo sociológico familiar principal é o alargado (35%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3.7 membros.

Quadro 3. Agregados familiares, segundo a dimensão

% de agregados, por dimensão		
1 - 2	3 - 5	6 e mais
32.9%	49.1%	18.0%

Fonte: INE, Dados do Censo de 2007 e Projeções globais da população.

Quadro 4. Agregados familiares, segundo o tipo sociológico

TIPO SOCIOLÓGICO DE AGREGADO FAMILIAR					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
12.7%	2.4%	7.4%	30.8%	12.1%	34.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados após os 12 anos de idade, têm crença religiosa, dominada pela religião Islâmica.

Quadro 5. Distribuição da população, segundo o estado civil

Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viúvo
100.0%	24.7%	63.7%	7.5%	4.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

Tendo Emakhuwa como língua materna dominante, constata-se que 20% da população do distrito (com 5 ou mais anos de idade) tem conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.

Quadro 6. População com 5 anos ou mais, por língua materna e sexo

	TOTAL	GRUPO ETÁRIO				
		5 - 9	10 - 14	15 - 19	20 - 44	45 e mais
TOTAL	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
Emakhuwa	59.6%	63.8%	58.6%	58.2%	60.7%	58.5%
Shimakonde	18.1%	18.6%	21.4%	20.1%	16.7%	17.1%
Kimwani	14.1%	13.4%	15.1%	15.5%	14.1%	13.8%
Kiswahili	6.1%	1.6%	1.8%	4.1%	6.6%	8.9%
Ciyão	6.3%	1.0%	1.8%	2.0%	1.7%	11.1%
Português	1.2%	0.5%	1.6%	1.4%	1.0%	1.3%
Outras	7.1%	3.9%	3.4%	4.8%	7.4%	9.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Censo de 2007.

⁴ Estimativa para 2012 a partir das projecções da população do Censo de 2007.

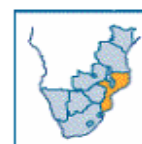
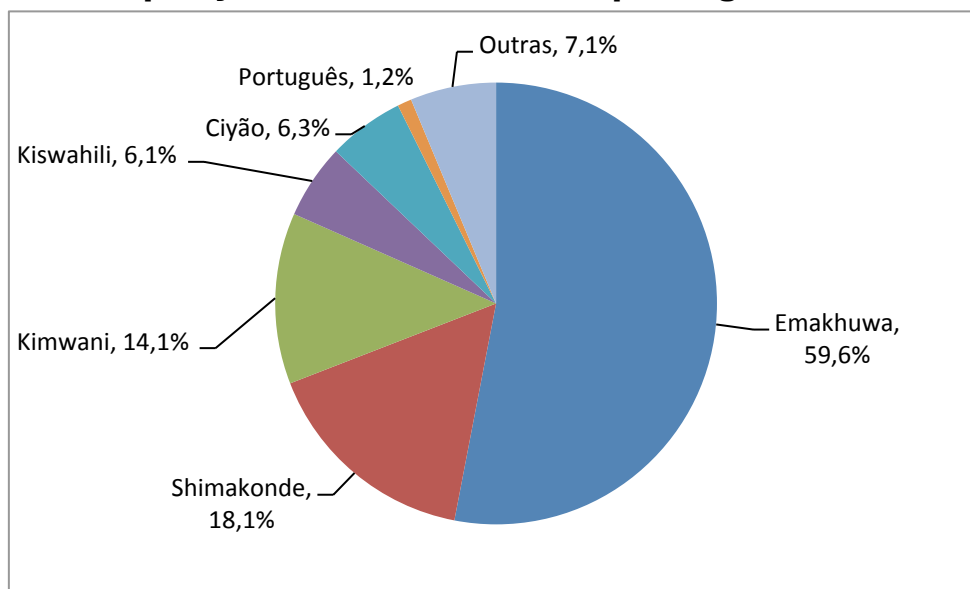


Figura 1. **População com 5 anos ou mais, por língua materna**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Quadro 7. **População de 5 anos ou mais e conhecimento de Português**

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	20.2%	30.6%	9.5%	79.8%	69.4%	90.5%
5 - 9 anos	5.5%	6.7%	4.3%	94.5%	93.3%	95.7%
10 - 14 anos	23.2%	26.1%	20.0%	76.8%	73.9%	80.0%
15 - 44 anos	28.7%	40.4%	17.9%	71.3%	59.6%	82.1%
45 anos ou mais	22.1%	36.1%	7.8%	77.9%	63.9%	92.2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

2.3 Analfabetismo e Escolarização

Com 26% da população alfabetizada, predominantemente homens, o distrito tem uma taxa de escolarização normal, constatando-se que 38% dos seus habitantes declararam no Censo 2007 que frequentavam ou já frequentaram antes a escola, ainda que maioritariamente somente até ao nível primário.

Quadro 8. População com 15 ou mais anos, e alfabetização, 2012

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
Total	74.3%	59.7%	89.0%
15 - 19 anos	66.5%	52.4%	79.5%
20 - 24 anos	75.6%	60.3%	87.2%
25 - 29 anos	77.1%	62.1%	90.3%
30 - 44 anos	73.0%	58.7%	89.3%
45 anos ou mais	78.2%	63.3%	95.3%
P.A. de Palma	74.2%	59.7%	88.4%
P. A. de Olumbe	76.7%	62.3%	92.6%
P. A. de Pundanhar	71.9%	57.0%	85.6%
P. A. de Quionga	70.7%	55.2%	86.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.



3 Habitação e Condições de Vida⁵

As características físicas das habitações, especialmente o material usado na sua construção e o acesso a serviços básicos de água, saneamento e energia, são indicadores importantes do nível de vida das famílias. As características do parque habitacional duma sociedade constituem um indicador bastante relevante do nível de desenvolvimento socioeconómico.

Quadro 9. Habitações segundo o regime de propriedade

Total de Habitações	100.0%
- Próprias	93.4%
- Alugadas	0.8%
- Cedidas ou emprestadas	4.5%
- Outro regime	1.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A maioria (93%) das cerca de 14 mil habitações⁶ existentes no distrito são de propriedade própria. O tipo de habitação dominante é a palhota (97%). A casa mista, que é um tipo de habitação que combina materiais de construção duráveis e materiais de origem vegetal, representa 3% do parque habitacional do distrito.

Quadro 10. Tipo de habitações

Casa convencional ⁷ ou apartamento ⁸	0.2%
Casa mista ⁹	2.6%
Casa básica ¹⁰	0.4%
Palhota ¹¹ , casa improvisada ¹² e outras	96.8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

⁵ Os dados demográficos e da habitação, excepto nota contrária, estão referidos a 1/8/2007, última data censitária.

⁶ Estimativa para 2012 a partir das projecções da população do Censo de 2007.

⁷Casa convencional - é uma unidade habitacional unifamiliar que tenha quarto(s), casa de banho, cozinha dentro de casa, e construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão). Pode ser de rés-do-chão, mais de 1 ou 2 pisos.

⁸Flat/apartamento - é uma unidade habitacional que tenha quarto(s) casa de banho, cozinha pertencente a uma unidade habitacional multifamiliar com 1 ou mais pisos podendo ser de um bloco ou conjunto de blocos.

⁹Casa mista - é uma casa construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão), materiais de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, paus maticados, madeira, etc.) e adobe.

¹⁰Casa básica - é uma unidade habitacional que só tem quarto(s) e não tem casa de banho e ou cozinha, sendo construída com materiais duráveis (bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/lusalite, telha/lage de betão). Inclui-se nesta categoria o conjunto de quartos geminados (casa comboio) que utilizam os mesmos serviços (casa de banho, cozinha e água).

¹¹Palhota - é uma casa cujo material predominante na construção é de origem vegetal (capim, palha, palmeira, colmo, bambu, caniço, adobe, paus maticados, etc.).

¹²Casa improvisada - são habitações construídas com material improvisado e precário, tal como papel, saco, cartão,, latas, cascas de árvores, etc.

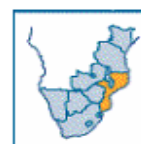
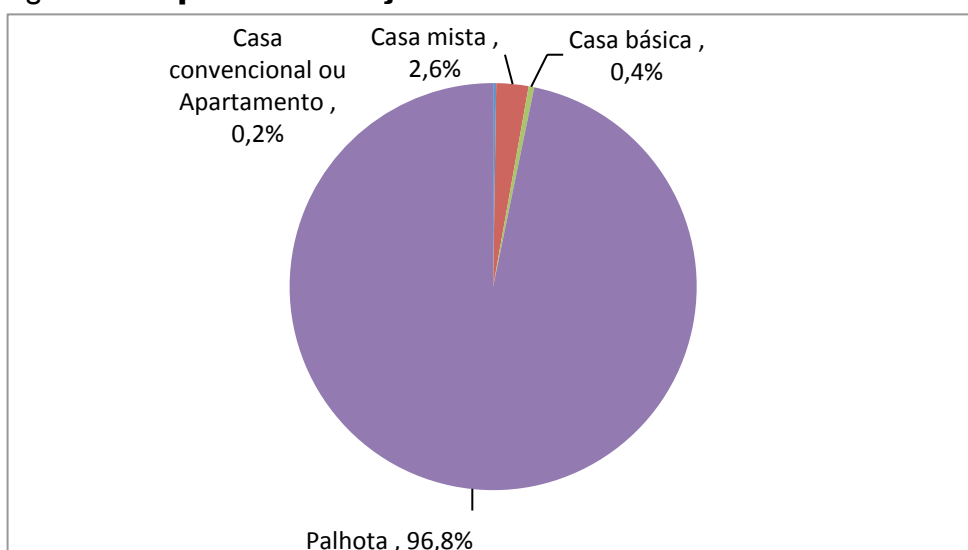


Figura 2. **Tipo de habitações**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Verifica-se um padrão comum dos materiais de construção caracterizado por:

- O principal material usado nas paredes das casas é caniço/paus (96%);
- O principal material usado na cobertura das casas é capim ou palha (97%); e
- O principal material usado no pavimento das casas é adobe (71%).

Quadro II. **Habitações segundo o material de construção**

	Em %		
	Total	Urbano	Rural
Paredes	100.0%	n.a	100.0%
- Blocos de cimento ou tijolo	0.8%	n.a	0.8%
- Blocos de adobe	1.3%	n.a	1.3%
- Caniço / Paus	96.4%	n.a	96.4%
- Madeira / Zinco	0.2%	n.a	0.2%
- Outro material	1.3%	n.a	1.3%
Cobertura	100.0%	n.a	100.0%
- Chapas ou telhas	3.1%	n.a	3.1%
- Laje de betão	0.0%	n.a	0.0%
- Capim ou outro material	96.9%	n.a	96.9%
Pavimento	100.0%	n.a	100.0%
- Cimento, parquet ou mosaico	4.7%	n.a	4.7%
- Adobe	70.8%	n.a	70.8%
- Sem nada	24.4%	n.a	24.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

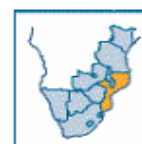
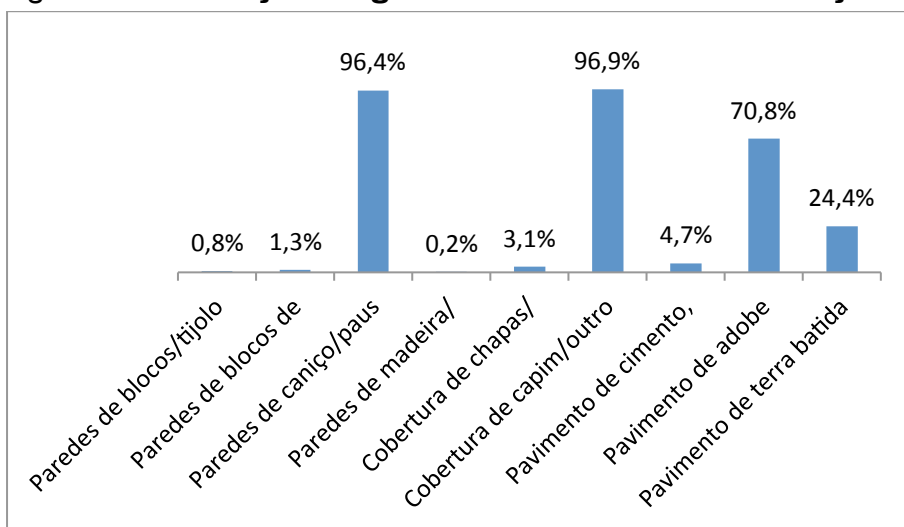


Figura 3. **Habitações segundo o material de construção**

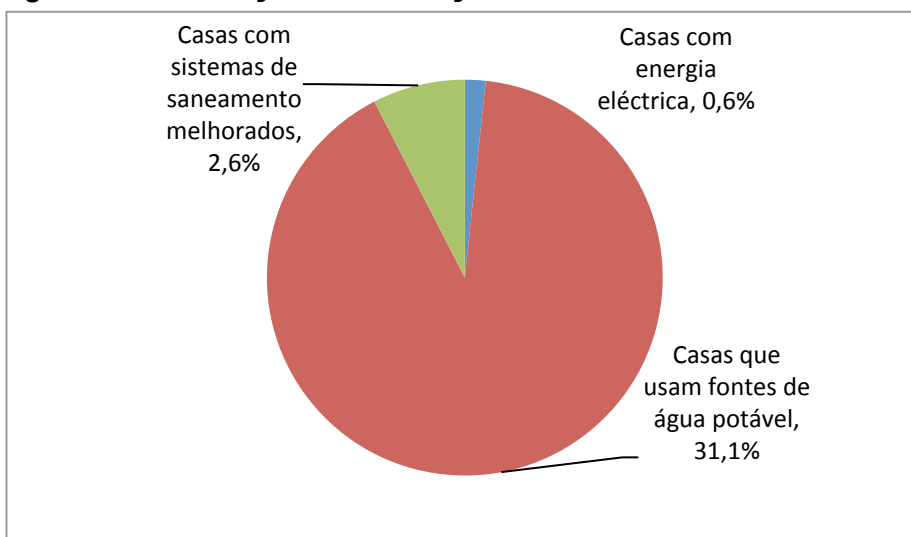


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

O gráfico e quadro seguintes mostram a distribuição percentual das habitações segundo o grau de acesso aos serviços básicos.

- A principal fonte de energia usada pelas famílias é o petróleo (72%);
- Cerca de 31% das famílias tem acesso a fontes de água potável¹³; e
- Cerca de 3% das famílias usam sistemas de saneamento melhorados¹⁴.

Figura 4. **Habitações e condições básicas existentes**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

¹³Água canalizada (dentro e fora da casa), fontenário e poço/furo protegido c/ bomba.

¹⁴Retrete ligada a fossa séptica, Latrina melhorada e Latrina tradicional melhorada.

Quadro 12. Habitações, água, saneamento e energia

HABITAÇÕES E CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TOTAL	Casa convencional	Casa mista	Casa básica	Palhota
ENERGIA	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Electricidade	0.6	4.9	4.7	4.8	0.3
Gerador/placa solar	0.3	0.0	0.3	9.2	0.1
Gás	0.4	0.0	0.0	0.0	0.4
Petróleo/parafina/querosene	72.4	80.5	82.0	45.5	72.9
Velas	0.8	2.4	1.8	5.4	0.7
Baterias	0.1	0.0	0.3	0.0	0.1
Lenha	25.2	12.2	10.9	34.2	25.4
Outras	0.2	0.0	0.0	0.9	0.2
ÁGUA	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Água canalizada	0.2	22.0	0.0	1.5	0.1
- dentro da casa	0.1	22.0	0.0	0.0	0.0
- fora de casa	0.1	0.0	0.0	1.5	0.1
Não-canalizada	99.8	78.0	100.0	98.5	99.9
- fontenário	3.4	4.9	4.1	1.8	3.4
- poço/furo protegido c/ bomba	27.6	46.3	49.3	11.9	27.4
- poço sem bomba	60.0	22.0	42.2	71.7	60.3
- rio/lago/lagoa	7.2	0.0	2.9	1.5	7.5
- chuva	0.8	4.9	0.3	0.3	0.8
- mineral	0.0	0.0	0.3	0.3	0.0
- outros	0.8	0.0	0.9	11.0	0.5
SANEAMENTO	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Retrete ligada a fossa séptica	0.9	2.4	0.3	1.8	0.9
Latrina melhorada	0.4	9.8	3.2	8.0	0.1
Latrina tradicional melhorada	1.3	7.3	5.9	1.5	1.1
Latrina não melhorada	18.4	36.6	25.1	8.3	18.5
Não tem retrete/latrina	79.0	43.9	65.5	80.4	79.4

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

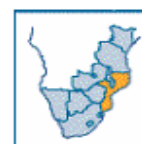
No que diz respeito a posse de bens, a incidência da posse de bens duráveis pelas famílias residentes no distrito é apresentada na tabela seguinte.

Quadro 13. Famílias, segundo a posse de casa própria e bens duráveis

Casa própria	Rádio	Televisor	Telefone fixo	Computador	Carro	Motorizada	Bicicleta	Nenhum bem
93.4%	42.7%	0.5%	0.5%	0.0%	0.1%	0.4%	21.5%	50.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Constata-se que, exceptuando a casa própria, metade das famílias não possuem nenhum dos bens listados na tabela e observados aquando do Censo da População de 2007.



4 Organização Administrativa e Governação

O distrito tem quatro Postos Administrativos: Palma-Sede, Olumbe, Pundanhar e Qionga que, por sua vez, estão subdivididos em 5 Localidades.

PALMA
PALMA – SEDE
MUTE
OLUMBE
OLUMBE – SEDE
QUISSENGUE
PUNDANHAR
NHICA ROVUMA
QUIONGA

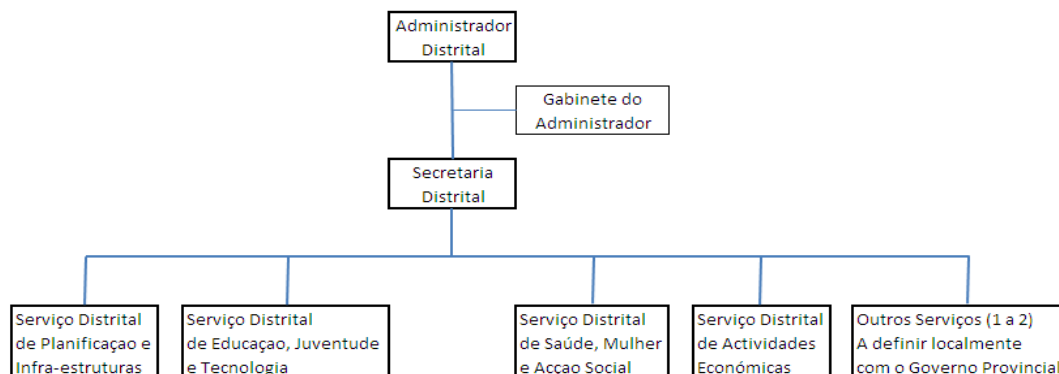
4.1 Governo Distrital

O Governo Distrital é dirigido pelo Administrador de Distrito e, ao abrigo da Lei nº 8/2003 de 19 de Maio, está estruturado na Secretaria Distrital e nos seguintes Serviços Distritais:

- Actividades Económicas;
- Saúde, Mulher e Acção Social;
- Educação, Juventude e Tecnologia; e
- Planeamento e Infraestruturas.

De acordo com o Estatuto Orgânico do Governo Distrital aprovado pelo Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril, a Estrutura Tipo do Governo Distrital é apresentada em seguida.

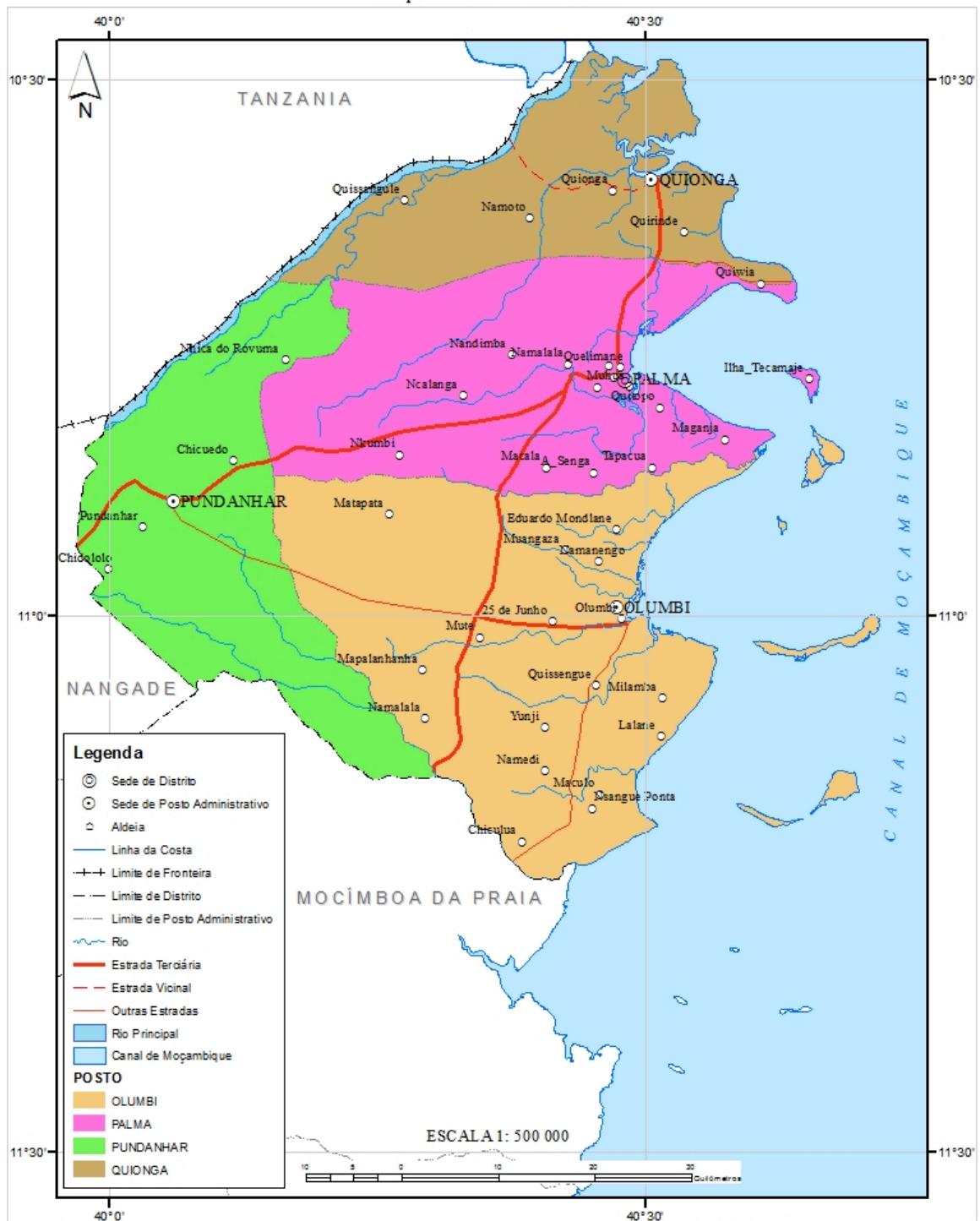
Estrutura Tipo do Governo Distrital



Fonte: Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril




MOÇAMBIQUE
 Distrito de Palma
 Mapa de Divisão Administrativa

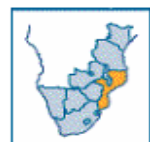


Fonte de Dados:
 Base Topográfica Simplificada - CENACAR TA-1999
 Aldeia - INE_2007

Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção
 Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
 www.cenacarta.com

Palma

PÁGINA16



Para além destes serviços, funcionam ainda as seguintes instituições públicas:

- Tribunal Judicial;
- Registo e Notariado;
- Comando Distrital da PRM;
- Procuradoria Distrital da República;
- Alfândegas;
- Migração;
- SISE.

Com um total de 452 funcionários em 2012 (dos quais, 108 são mulheres), o pessoal da Administração Distrital apresenta a seguinte distribuição por serviços:

- 43 no Gabinete do Administrador/ Secretaria Distrital (GA/SD);
- 300 no Serviço Distrital de Educação Juventude e Tecnologia (SDEJT);
- 78 no Serviço Distrital de Saúde Mulher e Acção Social (SDSMAS);
- 26 no Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE); e
- 5 no Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas.

O Distrito possui um Conselho Consultivo Distrital composto por 49 membros e presidido pelo Administrador Distrital. No Distrito funcionam 4 Conselhos Consultivos dos Postos Administrativos, presididos pelo respectivo Chefe do Posto Administrativo. No seu funcionamento participativo estes envolvem os membros dos 5 Conselhos Consultivos de Localidade.

Os membros dos Conselhos Consultivos do Distrito são envolvidos na apreciação do PEDD e PESOD e na avaliação periódica dos instrumentos da planificação territorial local, bem como no que se refere à opinião sobre a viabilidade de projectos de iniciativa local, e projectos com impacto directo nas comunidades, no âmbito de investimento local, que são submetidos posteriormente para decisão do Conselho Consultivo Distrital.

No contexto da reforma do sector público, foi nomeado o Secretário Permanente Distrital, foram institucionalizados os Conselhos Locais (Localidade, Posto Administrativo e Distrito), Balcão de Atendimento Único Distrital (BAUD), descentralizados os investimentos no distrito, tramitados os expedientes para a nomeação de directores dos serviços distritais bem como dos chefes de Localidade.



A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, conseqüentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

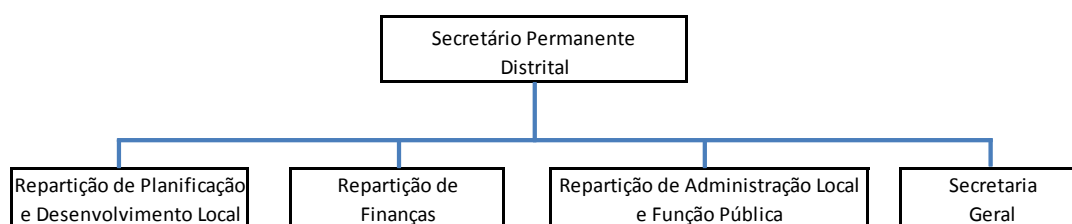
4.2 Síntese das atribuições e da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo transcrevendo o rol de tarefas realizadas, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento social e económico do distrito.

4.2.1 Secretaria Distrital

A Secretaria Distrital dirigida por um Secretário Permanente Distrital é o órgão do Governo Distrital que tem como principais funções e realizou actividades no âmbito de (a) prestar assistência técnica e administrativa ao Governo Distrital; (b) assegurar a gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros do Governo Distrital; (c) assistir na organização e controlo das actividades do Governo distrital, bem como na elaboração de relatórios de análise de actividades do Governo Distrital; e (d) garantir a assistência técnica e administrativa necessária ao funcionamento dos postos administrativos, localidades e povoações.

Estrutura Orgânica da Secretaria Distrital



Fonte: MAE/DNAL.

4.2.2 Serviço Distrital de Actividades Económicas

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) a promoção do uso adequado do solo e a gestão florestal; (b) o incentivo da produção alimentar e de culturas de rendimento; (c) o fomento pecuário e a construção comunitária de tanques carracidadas; (d) a emissão de licenças de pesca artesanal, caça e de abate, bem como o combate a caça furtiva; (e) a promoção da piscicultura e da apicultura; (f) a



divulgação do potencial económico, industrial, turístico e cinegético local; (g) a promoção da pequena indústria e mineração artesanal; (h) a emissão de pareceres sobre pedidos de licenciamento de actividades económicas, licenciar actividades comerciais e emitir licenças turísticas; (i) efectuar o recenseamento das actividades de artesanato; e (j) promover mecanismos de financiamento das actividades produtivas.

Agricultura e Desenvolvimento Rural

O distrito não tem enfrentado conflitos significativos pela posse da terra e outros recursos naturais.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

O distrito é frequentemente marcado pelo cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas irregulares e abaixo do normal criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

Durante o ano de 2012 foram plantadas 2.930 mudas de cajueiros, o que representa uma um crescimento de 8,5 %, quando comparado com as 1.447 mudas plantadas no mesmo período de 2011.

Foram recebidos e distribuídos produtos químicos, designadamente, 2310 litros de fungicida, 390 litros de insecticida e 790kg de oxiclorecto de cobre, para tratamento de 77.000 cajueiros, num universo de 748 produtores.

Foi levado a cabo o trabalho de recolha de amostras de pequenos ruminantes ao longo da zona fronteiriça, por suspeita que os mesmos tivessem contraído a peste de pequenos ruminantes que eclodiu em algumas províncias da Tanzânia.

Foram produzidas 1.205Kg de carne de frango pelos três avicultores do distrito, nomeadamente, Juber, Associação de Desenvolvimento e Progresso de Palma - Quipuidi e Akapela.

Foram vacinadas 35.172 galinhas, o que representa um crescimento na ordem dos 40.7%, comparativamente às 25.000 vacinadas em 2011.

Florestas e Fauna bravia

- Foram realizadas 12 acções de fiscalização na zona de produção de Mapalanganha, Posto Sede, onde foram apreendidas 350 tábuas;
- No âmbito da canalização dos 20% dos recursos naturais, foi disponibilizado um montante no valor de 131.500,00Mt, dos quais 71.000,00Mt foram entregues à comunidade do Posto Administrativo de Pundanmar e 60.500,00Mt à comunidade de Mute;
- Foi reflorestada uma área de 28 hectares, sendo 25 hectares em Pundanmar e 3 hectares em Muangaza, na localidade de Mute.

No cumprimento da Directiva Presidencial “Um Líder uma floresta comunitária nova”, foram criadas 30 florestas novas, referentes a igual número de líderes. As florestas cobrem uma área de 140ha e um total de 7.625 plantas, a maioria das quais de espécies nativas, tais como, Umbila, Chanfuta, Acácias, Canhoeiros e árvores de fruta.

Durante o ano 2012, foram plantadas 2.500 mudas, das 2.000 planificadas, o que representa um crescimento na ordem de 42.4%, quando comparado com as 1.755 mudas plantadas em igual período do ano passado.

Foram abatidos 11 animais, entre eles, 4 elefantes, 2 búfalos, 1 hiena, 1 porco e 2 hipopótamos, o que representou um decréscimo em 10%, quando comparado com os 10 animais abatidos em 2011.

Foram credenciados 2 caçadores para afugentamento de animais problemáticos, para actuarem nas zonas de produção do Posto Administrativo de Quionga.

Pescas

Durante o ano de 2012 foram licenciadas 137 artes de pesca artesanal, contra 150 artes da campanha de licenciamento de 2010/2011. O decréscimo ocorrido deveu-se à fraca abrangência dos centros de pesca existentes.

4.2.3 Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) garantir o funcionamento de estabelecimentos de ensino, formação de professores, alfabetização, educação de adultos e educação não formal; (b) realizar estudos sobre cultura, diversidade cultural, valores locais e línguas nacionais; (c) promover o fabrico de instrumentos musicais tradicionais; (d) incentivar o desenvolvimento de associações juvenis, bem como promover iniciativas geradoras de emprego, autoemprego e outras fontes de rendimento dos jovens; e (e) promover o uso de novas tecnologias.

4.2.3.1 Educação

Da população com 15 anos ou mais de idade 26% é alfabetizada e 38% das pessoas com 5 anos ou mais de idade, predominantemente homens, declararam no Censo 2007 que frequentavam ou já frequentaram antes o nível primário do ensino. A análise por sexos revela um melhor padrão de escolarização nos homens.

Quadro 14. População com 5 anos ou mais, e frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	18.4%	21.5%	15.1%	20.2%	27.8%	12.4%	61.5%	50.6%	72.5%
P.A. de Palma	20.7%	23.6%	17.8%	18.4%	25.9%	11.0%	60.9%	50.5%	71.2%
P. A. de Olumbe	13.7%	17.5%	9.6%	19.5%	28.0%	10.3%	66.7%	54.5%	80.1%
P. A. de Pundanmar	25.3%	29.7%	21.2%	25.3%	31.4%	19.5%	49.4%	38.9%	59.3%
P. A. de Quionga	14.5%	17.4%	11.5%	25.9%	33.5%	18.2%	59.6%	49.1%	70.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A análise do nível de ensino frequentado pela população que actualmente atende a escola, revela uma concentração significativa no nível primário de ensino.

Quadro 15. População de 5 anos ou mais, por nível de ensino

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							
	Total	AEA	EP1	EP2	ESG1	ESG2	Técnico	Superior
TOTAL	100.0%	7.4%	78.7%	11.1%	2.2%	0.5%	0.1%	0.0%
5 - 9 anos	100.0%	0.7%	99.3%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
10 - 14 anos	100.0%	1.2%	92.0%	6.6%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%
15 - 19 anos	100.0%	2.6%	64.7%	27.0%	5.0%	0.6%	0.1%	0.0%
20 - 24 anos	100.0%	15.7%	40.9%	28.0%	12.9%	2.2%	0.2%	0.0%
25 e + anos	100.0%	36.2%	46.3%	13.0%	2.4%	1.4%	0.6%	0.1%
HOMENS	100.0%	7.3%	76.0%	13.2%	2.9%	0.5%	0.1%	0.0%
MULHERES	100.0%	7.6%	82.4%	8.0%	1.4%	0.4%	0.1%	0.0%

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG1 - 8º a 10º Anos; ESG2 - 11º e 12º Anos; ET - Ensino técnico; CFP - Curso de formação de professores; AEA - Alfabetização e educação de adultos.

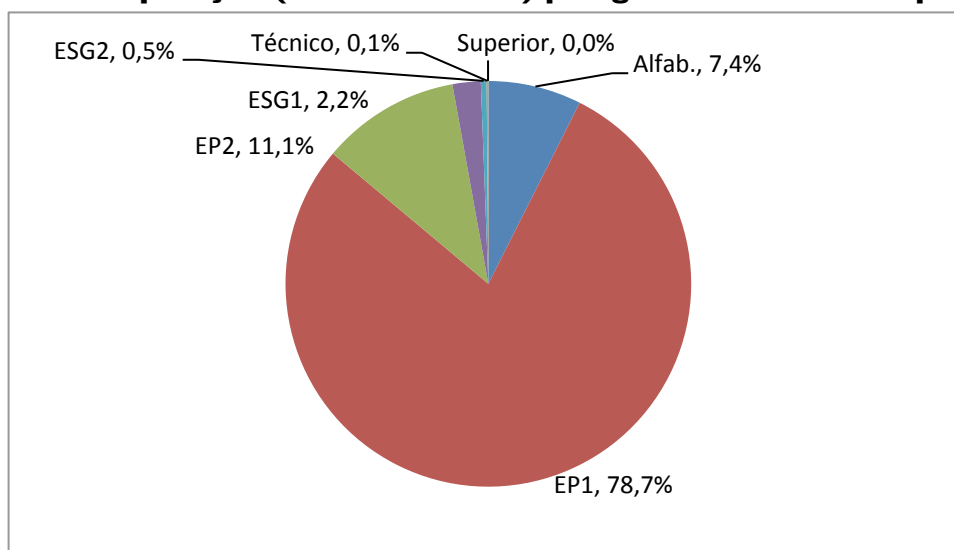
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Palma

PÁGINA21



Figura 5. **População (5 anos ou mais) por grau de ensino frequentado**



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Um aspecto importante é a observação das taxas de escolarização bruta e líquida. A *primeira taxa* calcula-se dividindo o total de alunos de um determinado nível de ensino (independentemente da idade) pela população do grupo etário correspondente à idade oficial para o referido nível¹⁵. Para calcular a *segunda taxa*, divide-se o total de alunos cuja idade coincide com a idade oficial para o nível pela população do grupo etário correspondente a esse nível. Estas são as medidas mais comuns para estimar o desenvolvimento quantitativo do sistema educativo.

Quadro 16. **Taxas de escolarização**

Taxas de escolarização	Taxa Bruta de Escolarização			Taxa Líquida de Escolarização		
	TOTAL	H	M	TOTAL	H	M
EP1	90.7	103.2	78.2	38.5	41.4	35.7
EP2	51.4	70.0	31.6	2.2	2.8	1.6
ESG1	7.5	10.7	3.9	0.3	0.4	0.2
ESG2	2.3	2.8	1.7	0.1	0.1	0.1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007

O nível de cobertura escolar no distrito é baixo, verificando-se taxas brutas e líquidas de escolarização baixas. A taxa líquida de escolarização no EP1 confirma este facto, ao indicar que 39% das crianças de 6 a 10 anos frequentam o nível de ensino correspondente a sua

¹⁵EP1 – 6 a 10 anos; EP2 – 11 a 12 anos; ESG1 – 13 a 15 anos; ESG2 – 16 a 17 anos; Superior – 18 a 22 anos.

idade, neste caso o EP1, e que somente 2% das crianças de 11 a 12 anos frequentam o nível de ensino correspondente a idade, o EP2. Em geral, os rapazes apresentam melhores indicadores.

A situação global descrita reflecte, para além de factores socioeconómicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a evoluir a um ritmo significativo, serem insuficientes, o que é agravado por baixas taxas de aproveitamento e altas taxas de desistência em algumas localidades do distrito, devido ao facto de haverem muitos casamentos prematuros e emigração de jovens.

Quadro 17. Escolas, alunos e professores, 2012

NÍVEIS DE ENSINO E POSTOS ADMINISTRATIVOS	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	39		13.616	54	252
EP1	29		12.125	50	190
EP2	10		911	3	43
ESG1	a) 1		580	1	19

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

a) Está em funcionamento o Ensino Secundário Geral do 1º Ciclo, tal como foi planificado, mas que por falta de instalações próprias, o mesmo está a funcionar na EPC 16 de Junho.

Em termos de grau de ensino concluído, constata-se que do total de população com 10 anos ou mais de idade, 12% concluiu algum nível de ensino, na sua maioria o nível primário.

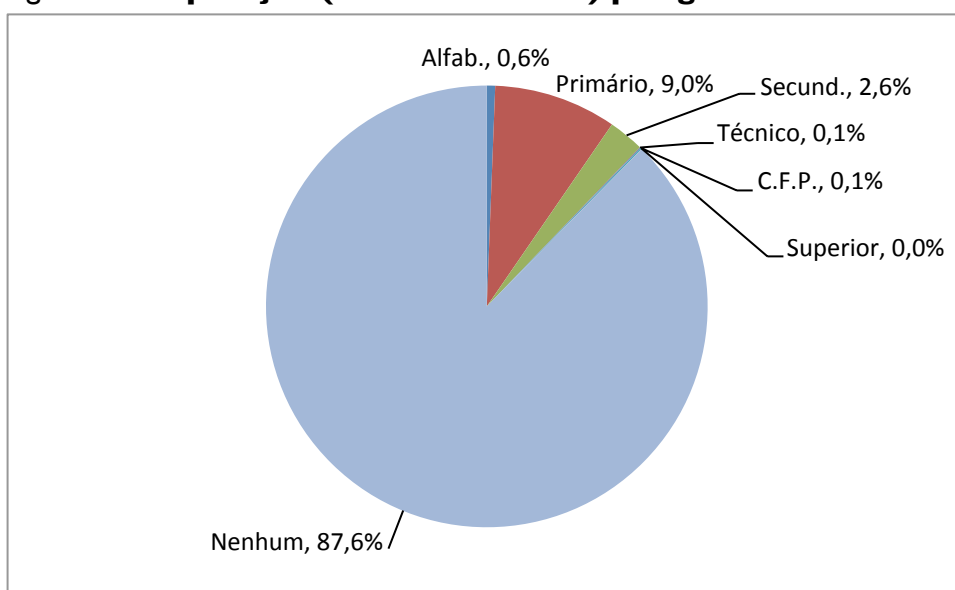
Quadro 18. População de 10 anos ou mais, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
TOTAL	12.4%	0.6%	9.0%	2.6%	0.1%	0.1%	0.0%	87.6%
10 - 14 anos	7.8%	0.1%	6.8%	0.9%	0.0%	0.0%	0.0%	92.2%
15 - 19 anos	17.2%	0.1%	14.1%	3.0%	0.0%	0.0%	0.0%	82.8%
20 - 24 anos	14.0%	0.2%	10.6%	3.1%	0.0%	0.1%	0.0%	86.0%
25 - 29 anos	11.6%	0.7%	7.6%	2.9%	0.1%	0.3%	0.0%	88.4%
30 e + anos	12.0%	1.0%	8.1%	2.8%	0.1%	0.1%	0.0%	88.0%
HOMENS	18.2%	0.8%	13.3%	3.7%	0.1%	0.2%	0.0%	81.8%
MULHERES	6.4%	0.4%	4.6%	1.4%	0.0%	0.0%	0.0%	93.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.



Figura 6. **População (10 anos ou mais) por grau de ensino concluído**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

4.2.3.2 Cultura

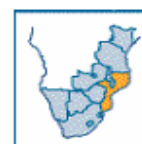
Na área da Cultura foram desenvolvidas as seguintes actividades:

- ❖ Realização do Festival de danças tradicionais, fase distrital, no qual estiveram envolvidos 6 grupos culturais;
- ❖ Participação na fase provincial do festival de danças, realizada em Chiúre, em que o distrito de Palma ocupou o 5º lugar;
- ❖ Participação na fase provincial do festival Nacional de Tufo, que decorreu no Distrito de Nangade, tendo o distrito ocupado o 9º lugar com 12.6 pontos;

O distrito conta com 2 associações juvenis e 30 membros inscritos. Foram inscritos 32 clubes desportivos e igual número de associações, o que representa um decréscimo em 27%, comparativamente aos 44 registados no mesmo período de 2011.

Foram realizados 3 encontros nas EPCs, incluindo o ESG1, com o objectivo de organizar órgãos associativos para garantir o bom funcionamento do desporto.

Foram realizados jogos entre turmas nas EPCs e ESG1, no âmbito da preparação dos jogos desportivos escolares e realizado 1 torneio de futebol recreativo distrital, envolvendo 4 equipas e 64 atletas. Foi realizado um torneio de futebol entre funcionários das diferentes instituições do distrito.



4.2.4 Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) assegurar o funcionamento das unidades sanitárias e incentivar a medicina tradicional; (b) promover acções de apoio e protecção da criança, da pessoa portadora de deficiência e do idoso; (c) desenvolver acções de prevenção da violência doméstica e de abuso de menores; e (d) promover a igualdade e equidade do género.

4.2.4.1 Saúde

A rede de saúde do distrito inclui 6 unidades sanitárias (1 centro de saúde I, 4 centros de saúde III e 1 posto de saúde) e, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 8.500 pessoas;
- Um médico para 51 mil habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 1.159 residentes no distrito.

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

Quadro 19. Indicadores de cuidados de saúde, 2012

Indicadores	
Partos	2.143
Vacinação	16.525
Saúde materno-infantil	9494
Consultas externas	64.764
Taxa de baixo peso à nascença	6.4%
Taxa de mau crescimento	2.1%
<i>Fonte: SDSMAS</i>	

De referir ainda a existência de vários programas de cuidados de saúde primários a vários níveis que denotam uma evolução positiva nos últimos anos, nomeadamente:

- Saúde ambiental: Esta actividade está sendo realizada em todas as unidades sanitárias, bem como em brigadas móveis e nos locais de interesse público
- Saúde Ocupacional: Realizadas visitas de trabalho as empresas para vacinação aos trabalhadores, bem como a todos os outros que manipulam géneros alimentícios



-
- Saúde reprodutiva
 - Saúde Infantil, Nutrição, Saúde Escolar
 - Suplementação de Vitamina ‘A’
 - Programa alargado de vacinação
 - Saúde Mental.

O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

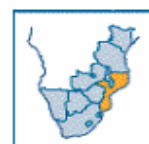
O perfil epidemiológico do Distrito caracterizou-se por uma diminuição de casos de malária, em 10,6%; um aumento de casos de diarreias em 38,8% e uma diminuição de casos de disenteria em 24,0%; notificado 1 caso de meningite e 3 de mordedura canina. Não foram registados casos de cólera, tétano. suspeitas de sarampo e PFA.

Em relação ao HIV-SIDA, iniciaram o TARV 143 Pacientes, dos quais 16 são crianças. O distrito conta com um cumulativo de 319 pacientes em TARV, 268 novos inscritos, 62 abandonos e 18 óbitos.

Na área de HIV/SIDA, foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Intensificação do aconselhamento pré-pós teste, e sua adesão ao tratamento com antirretrovirais;
- Revitalização de um grupo de activistas para cuidados domiciliários e busca activa;
- Realizadas 55 palestras em matéria de HIV/SIDA;
- Profilaxia com antirretrovirais em mulheres grávidas seropositivas.;
- Seguimento das crianças expostas ao HIV nas consultas de crianças em risco;
- Contratados 6 activistas para o programa, tendo 2 sido destacados para Palma Sede, 1 para Pundanhar, 1 para Quionga, 1 para Maganja e 1 para Olumbe.
- Foram realizadas palestras nos 6 bairros da Vila Sede e nas instituições públicas;
- Expansão do TARV aos Centros de Saúde de Olumbe e Quionga.

O distrito dispôs de medicamentos suficientes para o tratamento de todos os casos notificados. Os doentes diagnosticados com SIDA beneficiam de acompanhamento mensal, de acordo com o estado serológico em que se encontram.



4.2.4.2 Acção Social

No distrito existem, segundo os dados do Censo de 2007, cerca de 2 mil órfãos (na sua maioria órfãos de pai e entre os 10 e 14 anos de idade) e cerca de 950 pessoas portadoras de deficiência (95% com debilidade física e 5% com doenças mentais).

Quadro 20. População de 0-14 anos, por condição de orfandade, 2007

	População 0-14 anos	Órfão de:			
		Total	Mãe	Pai	Pai e Mãe
Total	100.0%	9.8%	2.9%	6.0%	0.9%
- Homens	100.0%	9.3%	2.6%	6.0%	0.7%
- Mulheres	100.0%	10.3%	3.2%	6.0%	1.1%
Grupos etários:					
- 0 a 4 anos	100.0%	4.8%	1.3%	2.9%	0.5%
- 5 a 9 anos	100.0%	10.8%	3.1%	6.8%	0.9%
- 10 a 14 anos	100.0%	17.9%	5.6%	10.8%	1.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Quadro 21. População deficiente, 2007

Grupos de Idade	População Total	Sem Deficiência	Com deficiência		
			Total	Física	Mental
Total	100.0%	98.0%	2.0%	1.9%	0.1%
0 - 14	100.0%	99.3%	0.7%	0.6%	0.1%
15 - 44	100.0%	98.2%	1.8%	1.7%	0.1%
45 e mais	100.0%	94.2%	5.8%	5.7%	0.1%

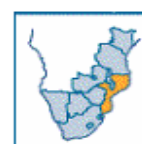
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A tabela seguinte apresenta a distribuição percentual das 950 pessoas portadoras de deficiência, segundo a causa.

Quadro 22. População portadora de deficiência, segundo a causa

	TOTAL	Física	Mental
Total	100.0%	100.0%	100.0%
À nascença	23.1%	22.0%	45.5%
Doença	57.6%	57.8%	52.3%
Minas/Guerra	2.3%	2.4%	0.0%
Serviço Militar	0.7%	0.8%	0.0%
Acidente de Trabalho	5.9%	6.2%	0.0%
Acidente de Viação	1.2%	1.2%	0.0%
Outras	9.3%	9.6%	2.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

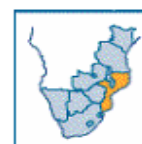


A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, toxicodependentes e regressados.

Tem existido coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

No âmbito da promoção da Mulher foram realizadas as seguintes actividades:

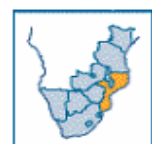
- Aconselhamento a 7 mulheres vítimas de violência;
- Realização de 19 palestras sobre a Lei 29/2009 de 29 de Setembro, e Lei da Família;
- Realização de 1 *workshop* com a participação de 14 pessoas, sendo 9 mulheres e 5 homens;
- Realização de 4 palestras pelo fim da violência contra a mulher;
- Realização de 2 palestras sobre a violência doméstica praticada contra a mulher;
- As mulheres no Distrito participam na resolução de problemas, e outras desempenham cargos de chefia nas instituições;
- Capacitação de alguns membros das instituições, em matéria de violência praticada contra mulheres e raparigas;
- Realização de 2 acções de capacitação dos pontos focais das Instituições, em matéria da Lei 29/2009 de 29 de Setembro, Lei da Família e Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).
- Realização de visitas domiciliárias a doentes crónicos que estão a receber apoio psicossocial, sendo que alguns desses doentes serão integrados no PASD.
- Realização de 3 visitas aos 9 doentes crónicos, dos quais 6 são mulheres que vivem com HIV/SIDA, sendo 3 no Posto Administrativo de Quionga e 3 em Palma Sede e;



-
- Realização de 4 visitas, sendo 2 aos 3 deficientes de Palma Sede e 2 aos 6 doentes crónicos e acamados e às 3 mulheres que vivem com HIV-SIDA no posto administrativo de Quionga.

No âmbito da Acção Social foram realizadas as seguintes actividades:

- Identificação e assistência a 96 crianças em situação difícil, através de Apoio Social Directo, dos quais 45 do sexo masculino e 51 do sexo feminino;
- Criação de 2 Comités de apoio às Crianças Órfãs Vulneráveis;
- Núcleo multisectorial distrital de crianças órfãs e vulneráveis; ainda não está criado;
- Registo de 33 crianças em idade pré-escolar sendo, 18 do sexo feminino e 15 do sexo masculino;
- Identificação de 9 crianças deficientes, destas 7 do sexo masculino e 2 do sexo feminino, que ainda não foram integradas no ensino;
- Identificação de 64 Pessoas Portadoras de Deficiência, das quais 27 homens e 37 mulheres, todos integrados no Programa de Subsídio Social Básico;
- Identificação de 23 crianças órfãs e vulneráveis, das quais 15 do sexo masculino e 8 do sexo feminino, cujos processos estão em tramitação para posterior integração no PASD (produtos alimentares);
- Uma criança órfã e vulnerável beneficiou de dois (2) *Kits* de material escolar;
- Realização e envio de 76 estudos sociais para o INAS e respectivas fichas de distribuição de leite artificial (lactogénio), referentes a 44 crianças do sexo feminino e 38 do sexo masculino;
- Revitalização de 1 comité de apoio às crianças órfãs e vulneráveis de Palma sede
- A Repartição de Acção Social, em conjunto com os SDEJT, seleccionou 3 crianças para participarem na primeira sessão do parlamento infantil regional norte da província de Cabo Delgado, onde se reflectiu sobre a implementação dos seus direitos (1 rapaz e 2 raparigas); e 5 Crianças que participaram na IIIª Sessão do Parlamento Infantil Provincial, dos quais 3 raparigas e 2 rapazes.
- Uma (1) criança órfã e vulnerável beneficiou de um *kit* de material escolar;
- Uma (1) criança beneficiou de 2 *kits* de produtos alimentares.



Quadro 23. Atendimento as crianças em situação difícil

PROGRAMA Indicador	Real 2011	Real 2012
Nº Crianças documentadas	56	69
Nº Crianças reunificadas em famílias próprias	40	70
Nº Crianças reunificadas em famílias substitutas	7	9
Nº Crianças atendidas	53	92

Fonte: SDSMAS

Quadro 24. Programa de desenvolvimento infantil

PROGRAMA Indicador	Real 2011	Real 2012
Nº Escolinhas comunitárias	3	1
Nº animadores	6	2
Nº crianças atendidas	53	92

Fonte: SDSMAS

Quadro 25. Programa de pessoas portadoras de deficiência

PROGRAMA INDICADOR	Real 2011	Real 2012
Nº Deficientes atendidos	90	172
Nº Idosos atendidos	210	501
Nº Alunos especiais atendidos	3	4
Nº Activistas capacitados	2	5

Fonte: SDSMAS

Quadro 26. Programa de subsídio de alimentos e comida pelo trabalho

PROGRAMA Nº Beneficiários por grupo	Real 2011	Real 2012
Crianças mal nutridas	5	82
Mulheres grávidas mal nutridas	3	6
Idosos	5	92
Doentes crónicos	4	21
Deficientes	11	71
Mulheres chefes de família	5	7
Mães de crianças mal nutridas	7	5
Mães chefes de família	4	10

Fonte: SDSMAS

4.2.4.3 Género

O distrito tem uma população estimada de 51 mil habitantes - 26 mil do sexo feminino - sendo 7% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

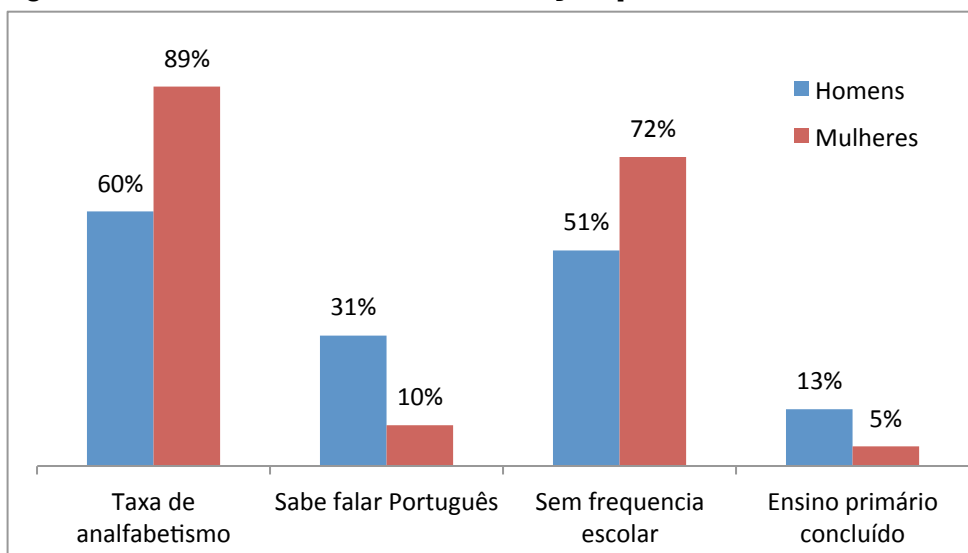
Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Tendo por língua materna dominante o *Emakbuma*, 10% das mulheres do distrito com 5 ou mais anos de idade têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio mais acentuado nos homens (31%), dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 89%, sendo de 60% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 72% nunca frequentaram a escola (no caso dos homens só 51% nunca estudaram) e 5% concluíram o ensino primário (no caso dos homens, 13% terminaram o primário).

Figura 7. Indicadores de escolarização por sexos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

No que diz respeito ao acesso a novas tecnologias também se verifica um desequilíbrio entre sexos, como se pode deduzir da tabela seguinte.

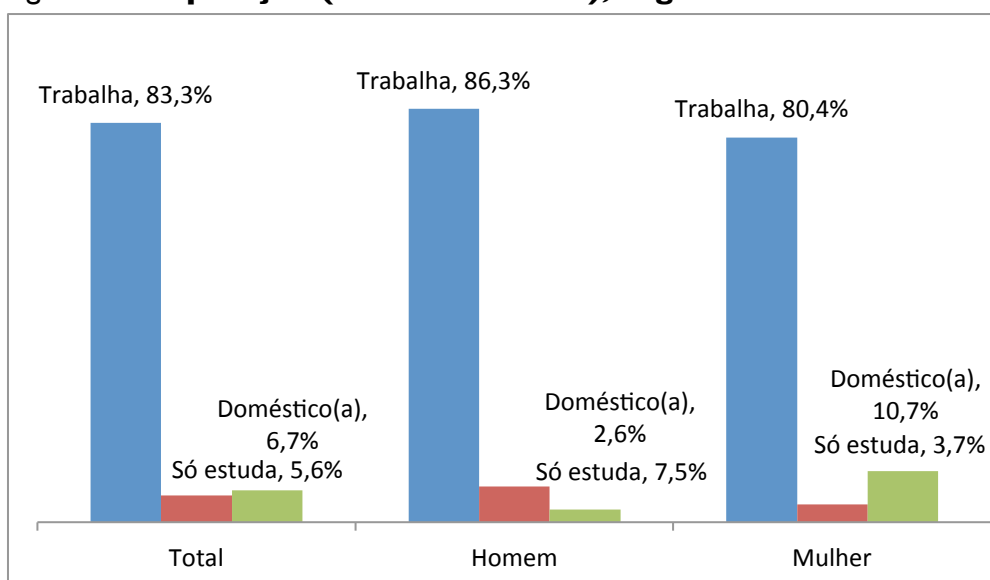
Quadro 27. **Uso de novas tecnologias (10 anos ou mais)**

	Número de pessoas que usou:		% de pessoas c/ Telemóvel
	Computador	Internet	
Total	0.1%	0.2%	2.8%
- Homens	0.2%	0.3%	4.5%
- Mulheres	0.0%	0.0%	1.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

No tocante a actividade económica, de um total em 2012 de 26 mil mulheres, 16 mil estão em idade de trabalho (mais de 15 anos), das quais 13 mil são economicamente activas¹⁶. A população não economicamente activa de mulheres com 15 anos ou mais (20%) é constituída principalmente por senhoras domésticas (11%) e estudantes a tempo inteiro (4%). O nível da participação no trabalho das mulheres (80%) é inferior ao dos homens (86%).

Figura 8. **População (15 anos ou mais), segundo a actividade e sexo**

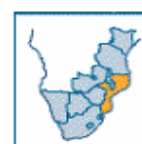


Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição das mulheres economicamente activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

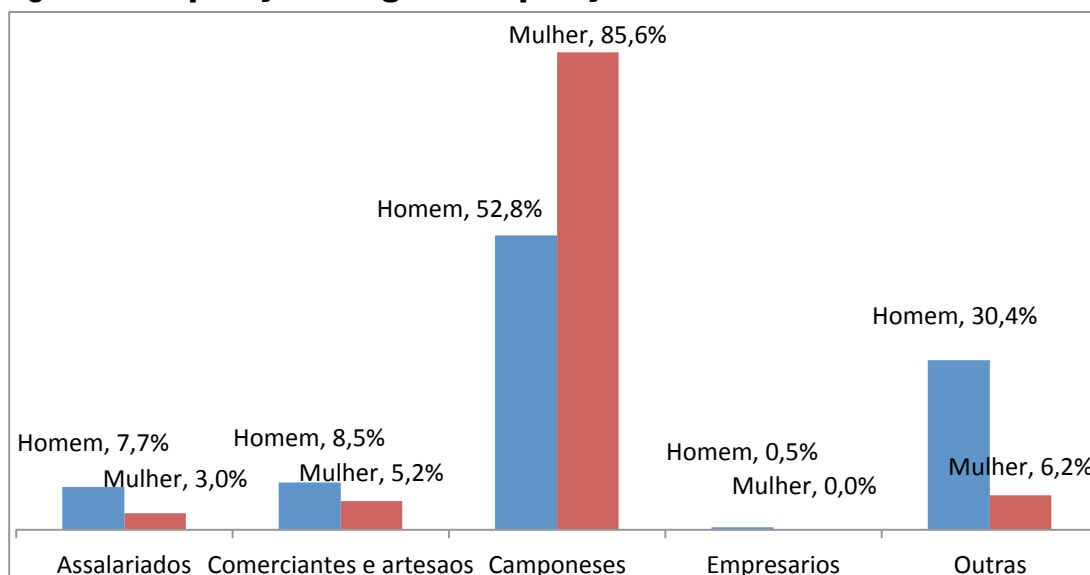
- ✚ Cerca de 86% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria;
- ✚ 5% são comerciantes, artesãs, ou empresárias; e

¹⁶Segundo recomendações internacionais, a PEA é considerada como a população que participa na actividade económica e que tenha 15 anos de idade e mais. Dito por outras palavras, a PEA compreende as pessoas que trabalham (ocupadas) e as que procuram activamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o fazem pela primeira vez.



✚ As restantes 9% são, na maioria, trabalhadoras do sector de serviços, incluindo empregadas do sector comercial formal e informal.

Figura 9. **População¹⁷ segundo a posição no trabalho e sexo**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

4.2.5 Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas

Este Serviço é dirigido por um director e tem como funções específicas de entre outras: (a) elaborar propostas de Plano de Estrutura e de Ordenamento Territorial; (b) promover a construção de fontes de abastecimento de água potável bem como a gestão dos respectivos sistemas de abastecimento; (c) assegurar, em colaboração com outras entidades, a disponibilidade do sistema de fornecimento de energia eléctrica e a promoção do aproveitamento energético dos recursos hídricos e uso de energias renováveis; (d) assegurar a reabilitação, manutenção das estradas não classificadas, pontes e outros equipamentos de travessia; (e) promover a construção, manutenção e reabilitação de infraestruturas e edifícios públicos, bem como de valas de irrigação, jardins públicos, infraestruturas desportivas e parques de estacionamento; (f) promover o uso da bicicleta e da tracção animal; (g) elaborar propostas de gestão ambiental; e (g) garantir a prestação dos serviços públicos tais como cemitérios, matadouros, mercados e feiras, limpeza e salubridade, iluminação pública, jardins campos de jogos e parques de diversão.

¹⁷ Com 15 anos ou mais.

4.2.5.1 Ordenamento Territorial

Durante o ano de 2012 foram demarcados 226 talhões, dos 300 planificados, o que representa uma realização de 75%.

Foram revitalizados e capacitados 12 comités de gestão de recursos naturais, em todos os bairros da Vila Sede, dos 14 planificados, o que representa 85.7% de realização e um crescimento na ordem dos 50.000%, quando comparado com os 8 comités revitalizados e capacitados no mesmo período do ano transacto.

No Distrito estão em curso actividades preparatórias, com vista à construção da fábrica de gás líquido, obras que incluem o Aeroporto e Porto.

No âmbito do processo de prospecção de hidrocarbonetos no Bloco Terrestre, estão em curso actividades de abertura de linhas sísmicas, para cuja execução foram recrutados, localmente, 670 trabalhadores em regime sazonal.

4.2.5.2 Gestão Ambiental

No âmbito do saneamento do meio foram realizadas 47 palestras, das 54 planificadas, o que representa uma realização de 87% e um crescimento na ordem de 6%, comparativamente às 44 palestras realizadas em igual período de 2011.

A baixa taxa de realização conseguida deveu-se ao facto de não existir um projecto específico para o saneamento do meio. O Distrito conta com 485 latrinas das quais, 200 melhoradas e 285 tradicionais

4.2.5.3 Educação Ambiental

Foram levadas a cabo 6 acções de sensibilização e educação ambiental nas EPCs da vila Sede, para transmissão de experiências sobre o plantio de árvores e ervas de protecção ao longo da costa e tratamento de lixo. Foram realizadas 14 palestras sobre a prevenção das queimadas controladas, das 14 planificadas, o que representa 100% de realização.

4.2.5.4 Infraestruturas

Foi reabilitada a residência do Chefe do Posto Administrativo de Quionga, o edifício onde funciona a Secretaria do Posto de Quionga, a residência Oficial do Administrador, assim como a reabilitação do pavimento em frente da ROA. Está em curso a construção da residência para funcionários em Palma Sede.



4.3 Finanças Públicas e Investimento

O financiamento do funcionamento dos Governos Distritais e das funções para eles descentralizadas é assegurado por via de:

- (i) Receitas próprias¹⁸ que provém da comparticipação das receitas fiscais e consignadas ao nível Distrital e as correspondentes taxas, licenças e serviços cobrados pelo Governo Distrital; e
- (ii) Transferências ou dotações orçamentais centrais para despesas correntes;
- (iii) Transferências ou dotações orçamentais centrais para despesas de investimento (Fundo de Desenvolvimento Distrital, Fundo de Investimento em Infraestruturas);
- (iv) Fundos Sectoriais Descentralizados, nomeadamente dos sectores de águas, estradas, educação e agricultura;
- (v) Donativos provenientes de ONGs, cooperação internacional ou entidades privadas.

O Governo Distrital teve em 2011 a seguinte execução orçamental.

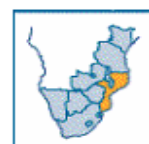
Quadro 28. Execução orçamental (em '000 MT)

Rubricas	2012
DESPESA TOTAL	54.523
Despesa corrente	39.665
- Despesas com pessoal	36.217
- Bens e serviços	3.433
- Outras despesas	15
Despesa de Investimento	14.858
- Fundo de desenvolvimento distrital	9.242
- Fundo de investimentos em infraestruturas	5.616
- Fundos sectoriais descentralizados	s.i.

Fonte: Ministério das Finanças, Conta Geral do Estado, 2011.

¹⁸ Receitas próprias do distrito provenientes de serviços e licenças cobradas fora do território das autarquias locais são: (a) utilização do património público sob gestão do distrito; (b) ocupação e aproveitamento do domínio público e aproveitamento de bens de utilidade pública; (c) pedidos de uso e aproveitamento da terra nas áreas cobertas por planos de urbanização; (d) loteamento e execução de obras particulares; (e) realização de infraestruturas simples; (f) ocupação da via pública por motivo de obras e utilização de edifícios; (g) exercício da actividade de negociante e comércio a título precário; (h) ocupação e utilização de locais reservados nos mercados e feiras; (i) autorização de venda ambulante nas vias e recintos públicos; (j) aferição e conferição de pesos, medidas e aparelhos de medição; (k) autorização para o emprego de meios de publicidade destinados a propaganda comercial; (l) licenças de pesca artesanal marítima e em águas interiores; (m) licenças turísticas nos termos de legislação específica; (n) licenças para a realização de espectáculos públicos; (o) licenças de caça e abate; (p) licenças e taxas de velocípedes com ou sem motor; (q) estacionamento de veículos em parques ou outros locais a esse fim destinados; (r) utilização de instalações destinadas ao conforto, comodidade ou recreio público; (s) realização de enterros, concessão de terrenos e uso de instalações em cemitérios.

Constituem ainda receitas do distrito as taxas e tarifas por prestação dos serviços, nos casos em que os órgãos do distrito tenham sob sua administração directa, a prestação de serviço público: (a) abastecimento de água; (b) fornecimento de energia eléctrica; (c) utilização de matadouros; (d) recolha, depósito e tratamento de resíduos sólidos de particulares e instituições; (e) ligação, conservação e tratamento dos esgotos; (f) utilização de infraestruturas de lazer e gimno-desportivas; (g) utilização de latrinas públicas; (h) transportes urbanos; (i) construção e manutenção de ruas privadas; (j) limpeza e manutenção de vias privadas; (k) utilização de tanques carracidas; (l) registos determinados por lei.



No âmbito do investimento de iniciativa local (vulgo 7 milhões) o Governo Distrital implementou 58 projectos locais de desenvolvimento em 2011, dos quais 5 para produção de comida, 21 para geração de emprego e 32 para geração de rendimento, tendo-se atingido uma taxa de reembolso de 4,4%.

4.4 Justiça, Ordem e Segurança pública

No que concerne ao registo civil, em 2012 foram efectuados 9.000 actos, contra 1.879 actos diversos de 2011. O crescimento deveu-se ao grande afluxo de interessados na obtenção de documentos, principalmente dos ex-combatentes, com vista à obtenção das suas pensões de reforma.

Durante o ano de 2012 foram realizados 5.024 actos de Notariado, dos 1.170 planificados, o que representa um cumprimento de 428% e um crescimento de 329%, quando comparado com os 932 actos praticados em igual período do ano transacto.

No que diz respeito aos Serviços de Registo e Notariado, foram praticados 14.024 actos diversos, dos 9.077 planificado, o que representa um cumprimento de 156% e um crescimento de 646%, quando comparado com os 1.879 actos diversos praticados no mesmo período de 2011.

Quadro 29. Registo e Notariado

	Real 2011	Real 2012
Assento de nascimento	230	3.997
Assento de nascimento grátis	14	3.128
Não gratuitas	178	1.656
Cédulas pessoais	107	199
Actos não especificados	17	19
Administrativo	3	-
Total – Registo Civil	1.879	9.000
Reconhecimento. Ass. Presenc.	373	1.730
Autorização para casamentos	-	-
Conferências de fotocópias	510	3.208
Procurações e sub – estabelecimentos	42	86
Total - Notariado	932	5.024

Fonte: Secretaria Distrital

Foram tramitados 1.577 pedidos de Bilhete de Identidade biométrico, contra 479 de igual período do ano anterior, tendo sido cobrado um montante de 260.205,00Mts. Foram



recebidos 1.247 bilhetes biométricos pela Direcção Provincial de Identificação Civil-Pemba e entregues aos requerentes 1.040.

Foram desenvolvidas diferentes acções no Distrito, no âmbito da manutenção da Ordem e Tranquilidade Públicas, das quais se destacam:

- ❖ Foram realizadas 46 reuniões com as estruturas de base, incluindo líderes comunitários, pessoas influentes e membros da comunidade com o objectivo de fortificar a relação entre a comunidade e as autoridades policiais na denúncia dos malfeitores e na prevenção do crime. As reuniões contribuem para a redução dos delitos registados.
- ❖ Foram criados 26 fóruns de segurança comunitários, dos 22 planificados, que representa um cumprimento de 118% e um crescimento de 8%, comparativamente aos 24 fóruns criados em igual período de 2011. Os referidos fóruns foram revitalizados com 249 voluntários.
- ❖ Durante o ano de 2012 foram recuperados diversos artigos na posse de malfeitores, os quais foram, posteriormente, entregues aos legítimos proprietários. Foram recuperados 6 telefones, 2 cabritos, 1 rádio avariado, 3 mesas plásticas, 2 cadeiras plásticas, 4 pares de capulana, 3 calças, 2 camisas 1 calção, 1 camisetete, 3 chapas de zinco, 2 geradores, 1 máquina fotográfica, 2 motorizadas, 1 lona da Empresa Anadarko e 1 par de sapatos.

Durante 2012, foram registados 23 delitos, contra 23 em igual período do ano transacto. Dos casos registados apontam-se: 4 ofensas corporais voluntárias qualificadas, 5 roubos, 1 porte ilegal de arma de fogo, 1 de uso de arma proibida, 4 de violação de menor, 3 de fogo posto, 3 de posse de estupefacientes, e 1 furto qualificado. Todos os casos registados foram esclarecidos.

Foram registados 12 acidentes de viação, contra 8 de igual período de 2011. Os acidentes resultaram em 5 mortos, 8 feridos graves e 10 feridos ligeiros. Estão na origem dos acidentes o excesso de velocidade, condução fora de mão e violação das normas de trânsito.

4.5 Constrangimentos e Perspectivas

No geral, de acordo com o Governo Distrital, são os seguintes os *principais constrangimentos* observados durante a governação dos últimos anos:

-
- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
 - Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
 - Falta de infraestruturas de educação e saúde para a população do distrito;
 - Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos;
 - Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado;
 - O conflito Homem/fauna bravia;
 - Fraca capacidade de agro-processamento;
 - Mau estado das vias de acesso;
 - Prevalência do HIV/SIDA.

As perspectivas do governo distrital são de:

- Monitorar o conflito Homem/fauna bravia;
- Promover a instalação de pequenas unidades de agro-processamento;
- Reabilitar e manter as vias de acesso para garantir a sua transitabilidade;
- Combater o HIV/SIDA

As minas constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5 Actividade Económica

5.1 População economicamente activa

De um total em 2012 estimado de 51 mil habitantes, 31 mil estão em idade de trabalho (mais de 15 anos).

Quadro 30. **População segundo a condição de actividade¹⁹**

	Total	Homens	Mulheres
Total	31,297	15,715	15,582
Trabalhou	80.3%	83.6%	77.0%
Não trabalhou, mas tem emprego	0.4%	0.5%	0.3%
Ajudou familiares	2.7%	2.2%	3.1%
Procurava novo emprego	0.0%	0.1%	0.0%
Procurava emprego pela 1ª vez	0.1%	0.2%	0.1%
População economicamente activa²⁰	83.5%	86.6%	80.5%
Doméstico(a)	6.7%	2.6%	10.7%
Somente estudante	5.6%	7.5%	3.7%
Reformado(a)	0.1%	0.1%	0.2%
Incapacitado(a)	1.9%	1.0%	2.7%
Outra	2.2%	2.2%	2.3%
População não activa	16.5%	13.4%	19.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

Verifica-se que 84% da população de 15 anos ou mais (26 mil pessoas) constituem a população economicamente activa (PEA) do distrito. O nível da participação masculina na PEA é superior à feminina: 87% contra 81%.

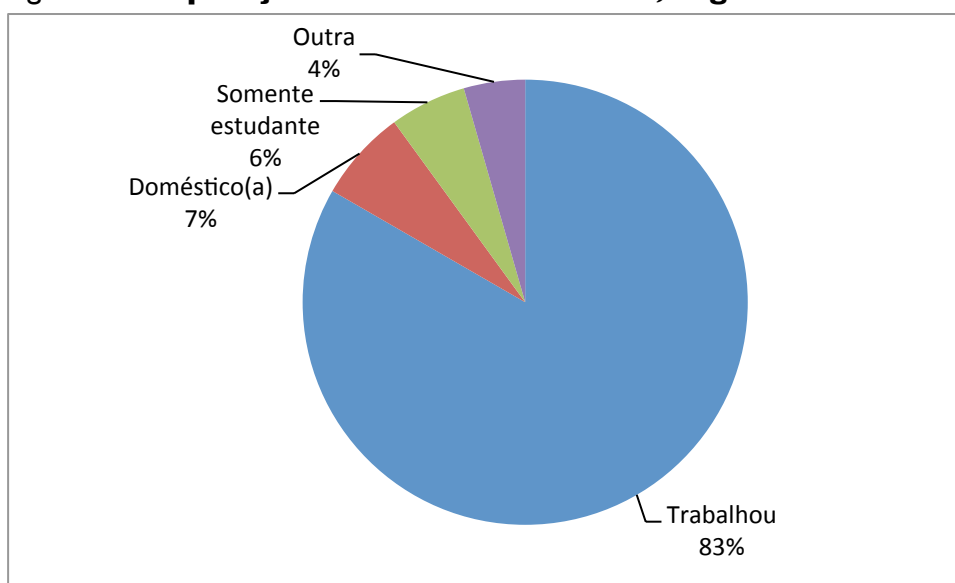
A população não economicamente activa (17%) é constituída principalmente por mulheres domésticas e estudantes a tempo inteiro.

¹⁹Referido a situação na semana anterior a realização do Censo 2007.

²⁰Segundo recomendações internacionais, a PEA é a população que participa na actividade económica com 15 anos de idade e mais. A PEA compreende, pois, as pessoas que trabalham (ocupadas) e as que procuram activamente um trabalho (desocupadas), incluindo aquelas que o fazem pela primeira vez. A análise da PEA que é apresentada nesta secção está de acordo com esta recomendação.



Figura 10. **População com 15 anos ou mais, segundo a actividade**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição da população economicamente activa indica que 69% são camponeses por conta própria, na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é de 5% da população activa e é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam 3% da população activa feminina e 8% no caso dos homens).

Quadro 31. **População activa²¹, ocupação e ramo de actividade, 2007**

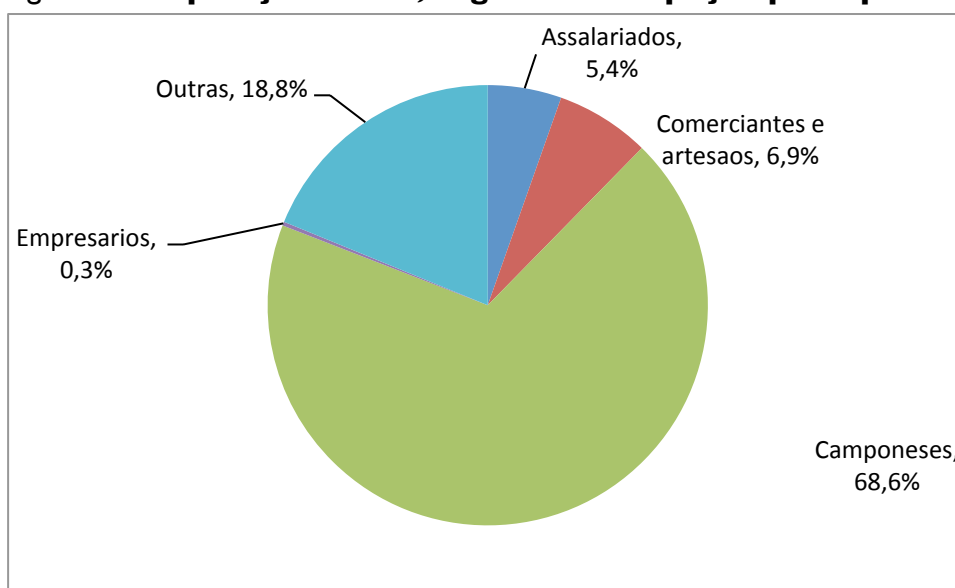
RAMOS DE ACTIVIDADE	TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL							
		Assalariados				Comerciantes & Artesãos	Trabalhadores Camponeses	Empresário Patrão	Outras e desconhecido
		Total	Técnicos	Operários	Serviços				
Total	100.0%	5.4%	1.4%	0.5%	3.5%	6.9%	68.6%	0.3%	18.8%
- Homens	100.0%	7.7%	2.2%	0.8%	4.7%	8.5%	52.8%	0.5%	30.4%
- Mulheres	100.0%	3.0%	0.5%	0.2%	2.3%	5.2%	85.6%	0.0%	6.2%
Agricultura, silvicultura e pesca	100.0%	1.0%	0.0%	0.0%	0.9%	0.0%	79.2%	0.1%	19.7%
Indústria, energia e construção	100.0%	92.1%	1.0%	0.4%	90.7%	0.1%	0.1%	0.0%	7.6%
Comércio, Transportes Serviços	100.0%	18.1%	12.4%	4.1%	1.6%	64.7%	0.9%	1.5%	14.9%

[1] Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

²¹Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Figura 11. **População activa, segundo a ocupação principal**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

A distribuição segundo o ramo de actividade reflecte que a actividade dominante no distrito é agrária, que ocupa 86% da população activa do distrito. O comércio e outros serviços tem tido uma importância crescente, ocupando já 11% da população activa do distrito.

Quadro 32. **População activa²², ocupação e ramo de actividade, 2007**

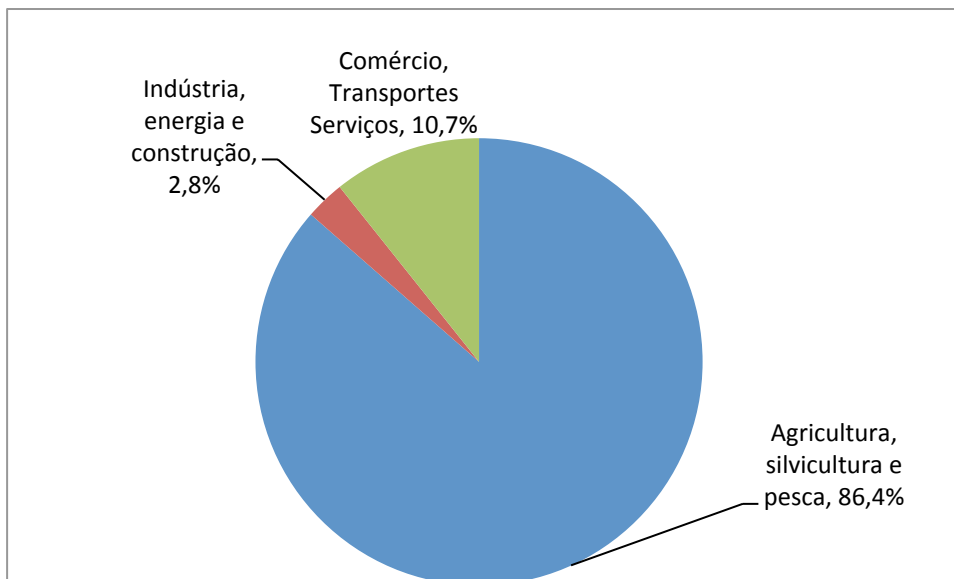
RAMOS DE ACTIVIDADE	TOTAL	OCUPAÇÃO PRINCIPAL							
		Assalariados				Comerciantes e Artesãos	Trabalhadores Camponeses	Empresário Patrão	Outras e desconhecido
		Total	Técnicos	Operários	Serviços				
Total	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%
- Homens	52.0%	73.9%	83.0%	83.5%	69.0%	64.0%	40.1%	92.8%	84.2%
- Mulheres	48.0%	26.1%	17.0%	16.5%	31.0%	36.0%	59.9%	7.2%	15.8%
Agricultura, silvicultura e pesca	86.4%	15.9%	1.2%	8.3%	22.6%	0.1%	99.9%	43.5%	90.4%
Indústria, energia e construção	2.8%	48.4%	2.1%	2.5%	72.6%	0.1%	0.0%	0.0%	1.1%
Comércio, Transportes e Serviços	10.7%	35.7%	96.7%	89.3%	4.7%	99.9%	0.1%	56.5%	8.5%

[1] Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

²²Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

Figura 12. **População activa, segundo o ramo de actividade**



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 2007.

5.2 Pobreza e Segurança Alimentar

Este distrito apresenta uma acentuada redução no Índice de Incidência da Pobreza²³ desde um nível de 62% em 1997 para 32% no ano de 2007²⁴.

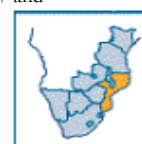
Este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem a níveis de segurança alimentar de risco, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, conseqüentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

²³O Índice de Incidência da Pobreza (*povertyheadcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

²⁴Relatório da Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional - Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas, Outubro de 2010 (District Poverty Maps for Mozambique: 1997 and 2007 Based on consumption adjusted for calorie underreporting).



Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

5.3 Infraestruturas de base

O distrito de Palma conta com transporte marítimo e rodoviário. A reabilitação das estradas terciárias é importante para a comercialização de produtos agrícolas, para a assistência às unidades sanitárias e escolares e para o acesso às fontes de água.

Quadro 33. Reabilitação e manutenção de estradas e pontes

Indicador	Plano 2012	Real 2011	Real 2012
Reabilitação de Estradas terciárias (km)	42km	22	19
Manutenção de rotina (km)	50km	-	-
Reabilitação de pontes (unidades)	2	-	3

Fonte: SDPI

O distrito conta com 15 embarcações, de igual número planificado, o que representa um cumprimento de 100%.

Quadro 34. Frota de transporte rural

Programa/Indicador	Real 2011	Real 2012
Nº de Transporte Rodoviário (chapa)	10	10
Nº de Transporte Marítimo	15	20

Fonte: SDPI

Durante o ano foram construídas 4 antenas de telefonia móvel da Movitel, no Posto Administrativo de Quionga, Olumbi, Palma Sede e Localidade de Mute, das 3 planificadas, o que representa 133% de realização. Está em construção mais uma antena do mesmo operador de telefonia no Posto Administrativo de Pundanhhar.

Foi feito o levantamento para a montagem da antena da empresa Telecomunicações de Moçambique em Palma Sede.

Foram construídas 15 cisternas, colocadas caleiras em 16 casas, que inclui casas de funcionários, para funcionários e de privados. Actualmente, o Distrito conta com 68 caleiras e 49 cisternas.

Durante o ano de 2012 foram criados 53 comités de água, dos 82 planificados, o que representa 64% de realização.

Foram construídas 30 fontes de água, sendo 14 no Posto Administrativo Sede, 6 em Quionga, 8 em Olumbi e 2 em Pundanhar, das 20 planificadas, o que representa um cumprimento de 150% do plano. É de salientar o apoio dos parceiros COWTER e MCA.

O distrito conta com 107 fontes de água, das quais 21 avariadas. O nível de cobertura do fornecimento de água é de 62%, tendo em conta que cada fonte de água serve mais de 300 pessoas.

Quadro 35. Programa de abastecimento de água urbana

Indicador	Nº Ligações Domiciliarias				
	Plano 2012	Real 2011	Real 2012	Ind. Real% 2012	T.Cres 2011/2012
População Total					
População servida	26	25	27	103	-73
Fontes operacionais	20	93	107	545	9
Poços operacionais	-	30	109		9
Poços não operacionais	-	9	21		-79
Captações protegidas	-	1	1		-99
PSAA operacionais	-	1	1		-99
Bombas manuais operacionais	20	18	109	545	9
Bombas manuais não operacionais	-	30	21		-79

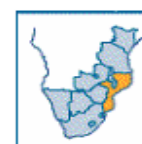
Fonte: SDPI

Quadro 36. Acesso as fontes de água nas zonas rurais

Posto Administrativo	Nº Fontes operacionais		
	Plano 2012	Real 2011	Real 2012
Palma Sede	8	6	14
Quionga	4	2	6
Olumbi	6	4	8
Pundanhar	2	1	2
Total	20	13	30

Fonte: SDPI

Palma



Durante o ano de 2012 foram ligados à Rede nacional de energia da HCB 652 novos consumidores, o que representa um crescimento de 53%, quando comparado com as 425 ligações domésticas realizadas nas zonas urbanas durante o mesmo período de 2011.

Quadro 37. Acesso à energia eléctrica e a rede de distribuição de combustíveis

Indicador	Real 2011	Real 2012
Nº ligações domésticas em zonas urbanas	425	652
Nº Ligações domésticas em zonas rurais	96	123
Nº de geradores	10	20
Nº de painéis solares	9	22
Nº Bombas de combustível em zonas urbanas	1	1

Fonte: SDPI

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infraestruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitabilidade.

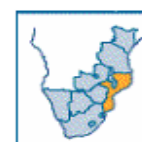
5.4 Uso e Cobertura da Terra

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares.

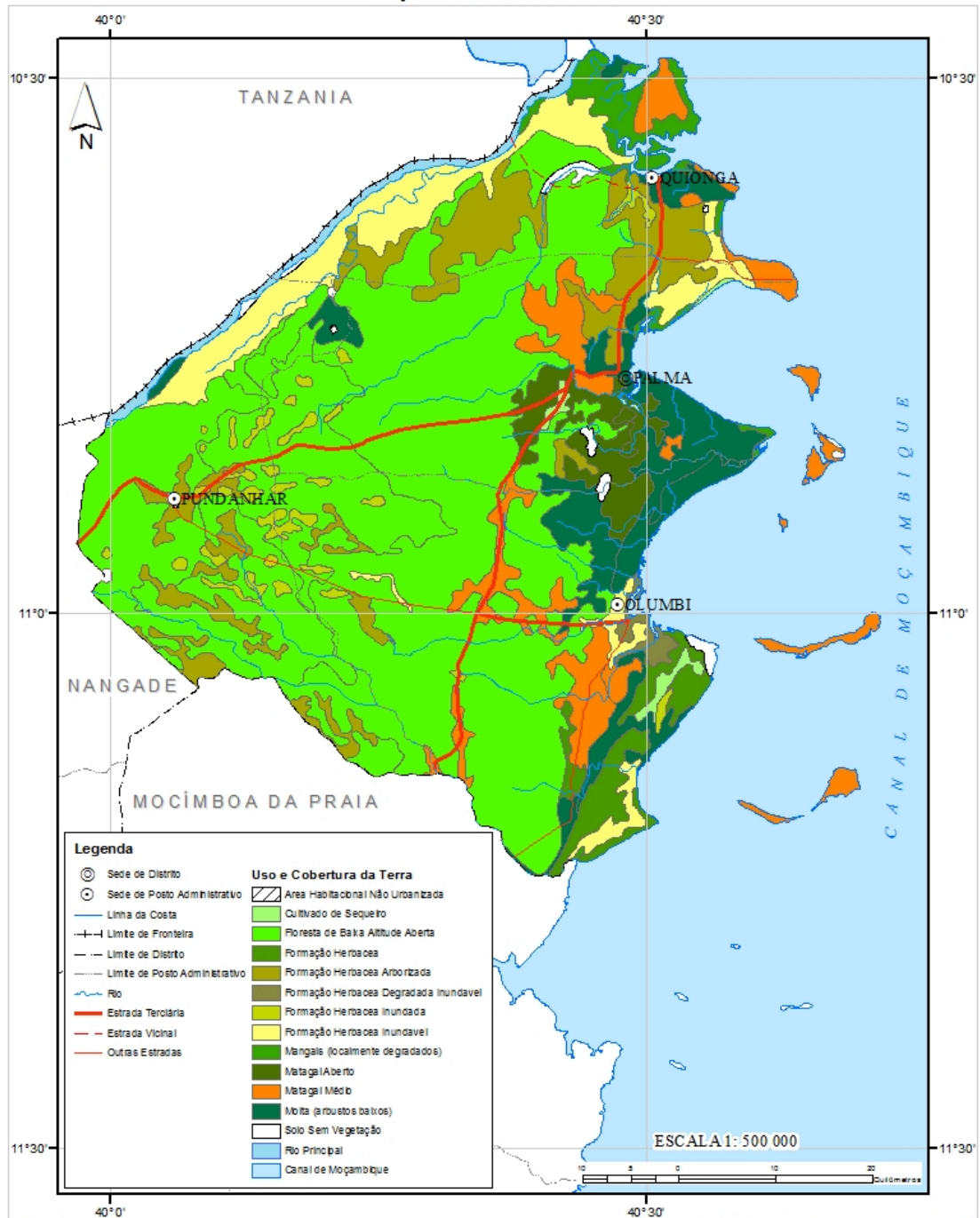
Quadro 38. Uso e Cobertura da Terra

Classe	Área Ha	PCT(%)
Cultivado Sequeiro	7665.72	2.17
Cultivado Irrigado	361.79	0.1
Área Habitacional Não Urbanizada	175.15	0.05
Solo Sem Vegetação	2561.13	0.72
Formação Herbácea Inundável	17133.36	4.84
Formação Herbácea Inundada	20745.47	5.87
Mangais (localmente degradados)	9293.07	2.63
Formação Herbácea Degradada Inundável	1108.98	0.31
Formação Herbácea	6795.88	1.92
Moita (arbustos baixos)	24532.18	6.94
Matagal Médio	99851.0	28.23
Matagal Aberto	10054.83	2.84
Formação Herbácea Arborizada	29339.61	8.3
Floresta de Baixa Altitude Aberta	119216.91	33.71
Oceano	2.11	0.0
Lagos, Lagoas	192.18	0.05
Margens de Rio	4646.67	1.31
TOTAL	353676.53	100.00

Fonte: Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção (CENACARTA).




MOÇAMBIQUE
 Distrito de Palma
Mapa de Uso e Cobertura da Terra



Fonte de Dados:
 Base Topográfica Simplificada - CENACARTA-1999
 Aldeia - INE_2007

Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção
 Av. Josina Machel, 537 - Edição 2013
 www.cenacarta.com

Palma

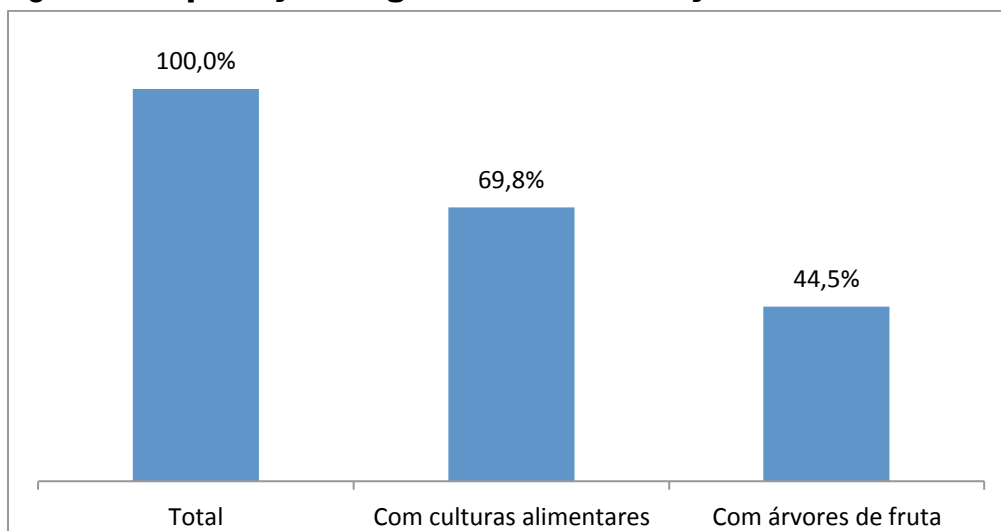
PÁGINA 46



A restante informação desta secção²⁵ foi extraída dos resultados do Censo Agropecuário realizado pelo INE em 2009/10 e tem por objectivo descrever os traços gerais que caracterizam a base agrícola do distrito.

O distrito possui cerca de 12 mil explorações agrícolas com uma área média é de 1.6 hectares, sendo 70% ocupadas com a exploração de culturas alimentares.

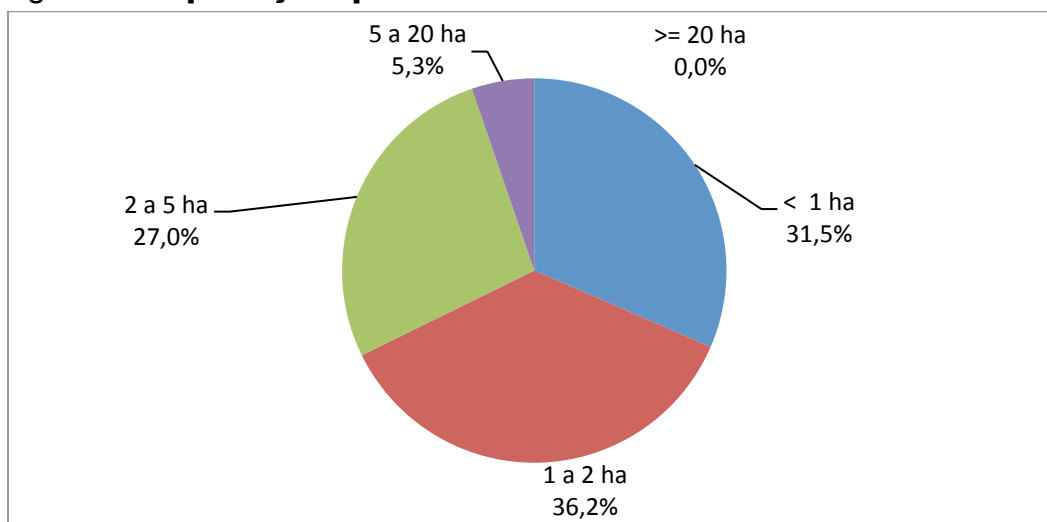
Figura 13. Explorações segundo a sua utilização



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agropecuário, 2009-2010

Com um grau de exploração familiar dominante, 68% das explorações do distrito têm menos de 2 hectares.

Figura 14. Explorações por classes de área cultivada



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agropecuário, 2009-2010

²⁵Apesar das reservas a colocar na representatividade dos dados ao nível distrital, a sua análise permite observar tendências e os principais aspectos estruturais.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável o homem da família, apesar de na maioria dos casos ser explorada por mulheres a trabalharem sozinhas ou com a ajuda das crianças da família. A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares.

5.5 Sector Agrário

5.5.1 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

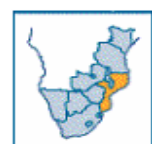
É dominada pelo sistema de produção baseado na cultura da mandioca, consociada com leguminosas de grão como o feijão nhemba e o amendoim.

O arroz de sequeiro é a cultura produzida nas planícies aluvionares dos principais rios que drenam a costa e planícies estuarinas, sendo normalmente produzidos em bacias de inundação preparadas para o efeito. Há ainda a referir a importância do coqueiro e do cajueiro no sistema de produção da zona costeira, quer como um produto que garante a segurança alimentar ou como fonte de rendimento para as famílias rurais.

O sistema agro-silvícola do caju é talvez o mais representativo. A consociação mais importante do caju, compreende culturas como a mandioca e milho, seguindo o padrão tradicional de rotação e pousio de médio e longo prazo, dependendo bastante da idade dos cajueiros e sua produtividade. O coqueiro apresenta uma distribuição mais limitada para o interior. Praticamente toda a zona da mandioca fica dentro da zona do cajueiro.

Na campanha agrícola de 2011/2012, foi cultivada uma área de 51.766 hectares de culturas alimentares diversas (44 hectares de lavouras mecanizadas e 51.722 hectares de lavouras manuais), dos 48.535 hectares planificados, o que representa uma realização de 106,6% e um crescimento de 16,1%, quando

Palma



comparado com os 44.595 hectares cultivados na campanha agrícola de 2010/2011. Dos 44 hectares de lavouras mecanizadas beneficiaram 57 famílias.

No âmbito da produção de culturas alimentares, registou-se uma produção de 242.113 toneladas de produtos alimentares diversos. Em relação à cultura de arroz e outras culturas alimentares houve um decréscimo, em consequência da destruição de 61,5 hectares devido aos ataques de animais bravios.

Quadro 39. Produção agrícola, por principais culturas: 2010-2012

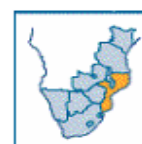
Culturas	Real 2011 (ha)	Real 2012 (ha)	Real 2011 (ton)	Real 2012 (ton)
CEREAIS	19.873	19.870	31.476	31.450
Milho	7.714	7.725	13.885	13.905
Arroz	8.254	8.228	14.857	14.805
Mapira	3.905	3.917	2.734	2.740
LEGUMINOSAS	5.185	5.196	4.423	3.376
Feijão Nhemba	1.584	1.592	1.109	1.098
Feijão Jugo	1.511	1.453	2.058	1.017
Amendoim	2.094	2.101	2.256	1.261
RAÍZES E TUBÉRCULOS	16.447	25.939	130.974	206.883
Mandioca	16.275	25.762	130.200	206.096
Batata-doce	172	177	774	787
HORTÍCOLAS	44	46	344	404
Tomate	10.5	15	105	160
Cebola	9	12	90	130
Alface	6.5	7	39	48
Repolho	7	0	49	00
Pimento	4.5	0	22	00
Couve	6.5	12	39	66
Total	44.595	51.766	167.232	242.113

Fonte: SDAE

5.5.2 Pecuária

Dada a existência de boas áreas de pastagem, há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento. Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

Palma



O distrito contava em 2012 com um efectivo pecuário de 202.615 animais, o que corresponde a um crescimento na ordem de 23.3%, quando comparado com os 164.366 animais arrolados em 2011.

Quadro 40. Efectivo pecuário

Espécies	Real 2011	Real 2012
Caprinos	10.859	10.989
Ovinos	4.452	4.582
Galinhas	140.908	178.361
Patos	6.832	7.243
Galinha-do-mato	330	348
Pombos	988	1.092
Total	164.366	202.615

Fonte: SDAE

5.5.3 Pescas, Florestas e Fauna bravia

É grande o potencial das árvores indígenas, tal como a messassa e a umbila, que são a principal fonte local de energia e de madeira de construção. A erosão dos solos já se faz sentir em algumas áreas do distrito.

O distrito tem coqueiros, mangueiras, ateiras e cajueiros. As maiores limitações a uma maior produção de árvores de fruto são a falta ou insuficiência de sementes, a falta de hábitos e as pragas.

Não existe processamento industrial de produtos de árvore, e toda a fruta é vendida localmente, sem ligações comerciais a outros mercados. Igualmente, não há registo de comerciantes de fora do distrito a comprar os produtos locais.

A caça a pesca são também recursos de que o distrito dispõe para enriquecimento da dieta das famílias. As espécies mais caçadas incluem gazelas, búfalos e zebras. Existem, ainda, elefantes, leões, leopardos, macacos, javalis e hipopótamos. A fauna bravia tem potencial para a caça comercial e para o turismo.

Sendo Palma um distrito costeiro e também situado na margem do rio Rovuma, o peixe faz parte integrante da dieta das famílias do distrito.

Foram produzidas 4.465.6 toneladas de pescado diverso, das 2.413,3 toneladas planificadas, o que corresponde a uma realização



de 185% e a um crescimento de 80.7%, quando comparado com as 2.470.63 toneladas de pescado capturado em igual período de 2011.

No âmbito das Tecnologias foram desenvolvidas as seguintes acções:

- Na extensão pesqueira, o Distrito conta com 6.336 pescadores artesanais. Os pescadores usam tecnologias de pesca, tais como, artes de cerco, arrasto, emalhe, e gaiolas para a apanha de holotúrias e bivalves. No processamento do pescado são utilizados os processos de secagem, fumagem e congelamento.
- Foram actualizados os 4 Conselhos Comunitários de pesca existentes no Distrito, nomeadamente CCPs de Quirinde, Vamizi, Olumbe e Palma sede.

Existem no distrito 7 tanques piscícolas, dos quais 3 estão localizados no bairro de Bagala, 1 em Barabarane, 1 na zona de Mute Posto administrativo de Palma sede está praticamente concluído e 2 novos tanques foram abertos no Posto Administrativo de Olumbe.

5.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade.

O parque industrial do distrito conta com 100 indústrias, na sua maioria moageiras (23), para além de carpintarias (10), unidades de produção de blocos (10) e unidades de produção de sal (10).

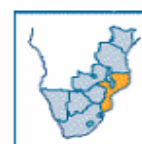
Quadro 41. Rede Industrial

Indicador	Real 2011	Real 2012
Nº de unidades Moageiras	20	23
Nº de unidades Panificadoras	20	20
Nº de Carpintarias	10	10
Nº de unidades de Produção de Blocos	10	10
Nº de Latoarias	7	9
Nº de unidades de Produção de Sal	10	10
Descasque de arroz (moageira)	4	6
produção de cal	5	6
Prestação de Serviço	4	6

Fonte: SDAE

O distrito conta com uma rede de 139 estabelecimentos comerciais sendo na sua maioria barracas (125).

Palma



Quadro 42. Rede comercial

Indicador	Real 2011	Real 2012
Barracas	110	125
Lojas Rurais	9	0
Armazéns	5	5
Mercados	8	8
Feiras	2	1
Total	134	139

Fonte: SDAE

Quadro 43. Estabelecimentos Turísticos

Indicador	Real 2011	Real 2012
Nº de Estabelecimento Turísticos	20	20
Casa de Hóspedes	15	15
Nº de Hóspedes Nacionais	255	205
Nº de Hóspedes Estrangeiros	230	110
Nº Camas	62	62
Nº Dormidas	3.315	3.572
Nº de Restaurantes	7	7

Fonte: SDAE

6 Visão e Estratégia de Desenvolvimento Local

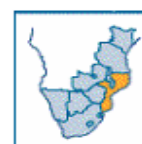
Este capítulo tem como base as conclusões do PEDD - Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital.

6.1 Visão

Palma na Rota do Turismo Internacional e Ponto de Referência do Pescado, Palmar e Produção Agrícola onde todos partilham o bem-estar.

6.2 Problemas e Potencialidades

ÁREA	PROBLEMAS	POTENCIALIDADES
ECONÓMICA	Baixa produção e produtividade agrícola; Conflito Homem/ Animal Ausência de instituições de crédito Falta de insumos e instrumentos agrícolas Insuficiência de instrumentos de pesca Degradação das vias de acesso Deficiente escoamento de excedentes agrícolas	Boas condições agro-ecológicas Óptimas condições para o desenvolvimento do turismo Diversos recursos minerais (cal) pesqueiros, florestais e faunísticos Fundo de Apoio e Reabilitação Económica
SOCIAL	Reduzido número de quadros Insuficiência de medicamentos Fraca qualidade de ensino Baixo nível de desenvolvimento social da mulher	Contratação de pessoal qualificado Formação e capacitação do pessoal existente Programa de reforma do sector público
INFRA-ESTRUTURAS	Degradação de infraestruturas Administrativas e Rodoviárias (degradação de vias de acesso) Insuficiência de fontes de água	Descentralização de recursos financeiros e materiais para os distritos. Fundos de investimentos de iniciativa local.
GOVERNAÇÃO	Insuficiência de quadros na administração e nos serviços distritais Falta de infraestruturas administrativas nos Postos	Afectação de novos quadros Capacitação institucional Descentralização das competências Governança participativa (Conselhos Locais)



MEIO AMBIENTE	Queimada descontrolada Fraco saneamento do meio (fecalismo a céu aberto) Erosão Áreas com alto risco de Inundações Seca Conflito homem/ animal Caça e Pesca furtiva	Recursos florestais, faunísticos e marinhos. Biodiversidade ecológica Programas de eco – turismo
----------------------	---	--

6.3 Estratégias de Desenvolvimento

6.3.1 Área Económica

Aumentar de forma sustentável e abrangente a renda familiar da população de Palma este é o objectivo estratégico da área económica que tem como principais eixos os sectores produtivos do sector familiar, nas áreas:

- Agro – pecuário,
- Sector de Agricultura
- Pesca artesanal,

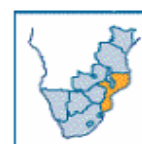
- Turismo e reabilitação de infraestruturas, sobretudo o eixo viário que liga Palma a região fronteiriça de Rovuma, integrado do corredor de desenvolvimento de Ntwara.

O eixo agro – pecuário preconiza o aumento da renda familiar e segurança alimentar, através de introdução da rede de extensão rural para promover a diversificação de culturas, incluindo as de rendimento, o uso de tecnologias de produção e insumos melhorados no sector familiar. Também não menos importante é a necessidade de controlo efectivo das pragas e promoção do espírito de associativismo dos produtores.

A vertente da pesca artesanal afigura se como uma área de grande importância para as famílias de Palma, sobretudo as localizadas na região costeira do distrito. A exploração sustentável dos recursos pesqueiros deve ser assegurada através do envolvimento directo e activo das comunidades locais na preservação e gestão dos recursos pesqueiros, bem como o fortalecimento dos artesãos locais com técnicas e de capturas, conservação e comercialização.

O potencial turístico do distrito, já é um dado adquirido do distrito de Palma devido o interesse crescente registado nos últimos tempos pelos turistas para a exploração das paradisíacas praias adjacentes as ilhas.

Palma



O aproveitamento adequado deste potencial é uma das chaves pelo qual o distrito aposta para alívio as carências das comunidades locais quer através de receitas resultantes da sua exploração que através de enquadramento do nativos para oportunidades de emprego e outros projectos sociais, conforme o preconizado pela Política Nacional do Turismo.

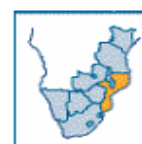
O desenvolvimento económico sustentável dependerá da integração simultânea dos assuntos considerados transversais tais como: Género, HIV – SIDA, segurança alimentar e meio ambiente;

Com relação ao género, deve se realçar que a mulher é o agente mais efectivo para a melhoria do bem – estar sócio económico das comunidades. Melhorando o seu investimento a mulher pode ser o investimento mais eficiente e efectivo a longo prazo.

Por esta é razão é oportuno corrigir as diferenças de género, procurando fortalecer as capacidades da mulher através de integração efectiva nas actividades económicas incluindo as consideradas específicas para os homens, como trabalhos de manutenção de estradas terciárias e vicinais.

O HIV – SIDA, devido a sua acção devastadora constitui uma grande ameaça a vida humana em todas esferas da sociedade. Portanto urge controlar os impactos negativos desta epidemia através de tomada de acções para atenuar os seus impactos negativos. Palma sendo um distrito basicamente rural, a aposta deve incidir sobre medidas preventivas, através divulgação e informação.

<i>Objectivos específicos</i>	<i>Como pensamos intervir (distrito)?</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar os níveis de produção e produtividade agrícola das famílias de Palma para garantir a segurança alimentar e aumento da renda. 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção e adopção de tecnologias de produção, conservação de sementes apropriadas; • Promover feiras locais para assegurar o acesso a insumos (sementes) melhoradas; • Controlo de pragas de animais bravios; • Promover associativismo no seio dos camponeses • Introduzir uma rede de extensão rural • Promover diversificação de culturas, incluindo as de rendimento.
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o acesso equitativo das comunidades e indivíduos aos recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a criação dos comités de Gestão comunitária dos recursos naturais; • Melhorar o sistema de fiscalização e controle do uso dos recursos, •



<ul style="list-style-type: none"> • Promover micro e médias empresas de agro – processamento • 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação de associações de artesãos locais (?) • Promoção dos empreendedores locais;
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a provisão de produtos e serviços turísticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de negócios locais de apoio as actividades turísticas • Divulgação do potencial turístico; • Divulgação de Política Nacional de Turismo?
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar rede de comercialização dos produtos agrícola e pesqueiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de unidades de créditos aos pequenos comerciantes e produtores; • Criar infraestruturas de apoio a pesca artesanal

6.3.2 Área Social

O desenvolvimento de uma sociedade exige uma capacidade humana fortalecida. No contexto de planificação estratégica distrital, constituem áreas de acção cruciais ao desenvolvimento humano, a educação, saúde, abastecimento de água, saneamento do meio e acção social.

Aumentar o acesso aos serviços sociais prestados ao cidadão com qualidade e equidade de género, constitui o objectivo a longo prazo da área social.

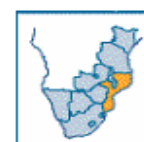
A educação actua directamente na criação e expansão das capacidades e habilidades humanas que obviamente contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento económico inclusivo e abrangente.

A componente cultural constitui um instrumento de promoção da consciência patriótica, de exaltação da moçambicanidade, de reprodução de valores cívicos e morais da sociedade.

A saúde é um dos sectores prioritários, pois o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade, exige uma população saudável e com alta capacidade produtiva.

A água é um recurso estratégico chave, vital para o sustento da vida, promove o desenvolvimento e a manutenção do ambiente.

O processo de desenvolvimento, tido como condição indispensável para a garantia de igualdade de direitos para todos, só pode ser global se abranger todos segmentos da população. Portanto o sector da acção social assume responsabilidades de assegurar assistência social a grupos desfavorecidos e vulneráveis no processo de desenvolvimento do distrito de forma sustentável.

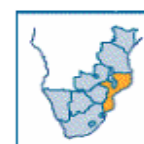


A estratégia global do desenvolvimento do capital humano privilegia a formação do Homem, através de um sistema de educação de qualidade para todos e num quadro de esforços conjugados entre todos segmentos da sociedade, portanto só desta forma é que se estará a aumentar as capacidades das populações locais, sobretudo para os mais desfavorecidas, de encontrarem soluções para as sua principais preocupações.

É de realçar que para o desenvolvimento sócio – cultural sustentável é imperioso assumir em simultâneo as questões transversais em todo momento do processo, sobretudo as questões do género, HIV – SIDA, segurança alimentar e meio ambiente.

Fazem parte de objectivos específicos a serem alcançados dentro do horizonte temporal do PEDD, os seguintes:

<i>Objectivos específicos</i>	<i>Como pensamos intervir (distrito)?</i>
<ul style="list-style-type: none"> Garantir o acesso ao ensino com qualidade e equidade de género para reduzir as elevadas taxa de analfabetismo da população do distrito. 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de alfabetização e educação de adultos Promoção de construção de salas de aulas Sensibilização da população sobre a necessidade de mandar os filhos as escolas. Reabilitação de estabelecimentos de ensino
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação do corpo docente; Assegurar a distribuição atempada do material didáctico e pedagógico; Redução da superlotação das salas de aulas Adequar a curricula escolar as nova dinâmica sócia – económico do país; Estabelecer os Conselhos de escolas; Reduzir o índice das desistências dos alunos, sobretudo as raparigas;
<ul style="list-style-type: none"> Promover a introdução do ensino pós – primário geral e profissional 	<ul style="list-style-type: none"> Envolver entidades provinciais e privadas para introdução do Ensino secundaria geral Envolver entidades provinciais e privadas para introdução escola de artes ofícios de nível elementar /básico
<ul style="list-style-type: none"> Promover a massificação desportiva para ocupação dos jovens em actividades sãs. 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de campeonatos populares (aldeias/ escolas/...)
<ul style="list-style-type: none"> Fortalecer a capacidade institucional do sector educação e cultura do distrito 	<ul style="list-style-type: none"> Construção de infraestruturas e apetrechamento. Capacitação de gestores escolares e directores



<ul style="list-style-type: none"> • Promover a identificação e divulgação do património cultural do distrito 	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de festivais culturais de artesanato, música e canções tradicionais, gastronomia e outros; • Identificação e preservação de lugares históricos.
<ul style="list-style-type: none"> • Expandir e melhorar o acesso a (cuidados) serviços de saúde pública 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção /reabilitação de unidades sanitária • Promoção dos programas de saúde materno infantil • Assegurar meios de evacuação de doentes para as unidades sanitárias de referência;
<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a capacidade institucional do sector de saúde no distrito; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de técnicos qualificados do sector •

6.3.3 Infraestruturas Técnicas

As infraestruturas técnicas representam um veículo que capitaliza o desenvolvimento das actividades económicas do distrito, sobretudo as vias de acesso quer as de nível secundário, quer as terciárias e ou vicinais.

Infraestruturas técnicas compreende um conjunto de facilidades que condicionam o desenvolvimento económico e garantem o bem – estar social.

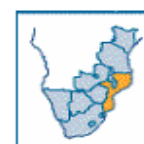
No âmbito do presente plano são consideradas infraestruturas: as estradas e pontes, energia, telecomunicações, rede de abastecimento de água e saneamento do meio e habitação.

Palma apesar de estar na zona costeira, quase todas transacções de bens, mercadorias e pessoas são dependentes das vias rodoviárias. O estado precário de acessibilidade que se regista em todos anos, sobretudo na época chuvosa tem deixado isolado algumas comunidades do interior criando grandes constrangimentos ao desenvolvimento económico do distrito.

Nas acções de reabilitação e manutenção das estradas é importante envolver a mão-de-obra recrutada localmente e incluindo o envolvimento da mulher.

O acesso a energia eléctrica fiável constitui outro elemento importante para o desenvolvimento da economia do distrito. A actual fonte é bastante limitada e insustentável para superar os custos de operação e manutenção. É fundamental introduzir formas alternativas para aumentar o acesso a grande maioria população.

As telecomunicações são o elemento chave que garante o desenvolvimento económico do distrito. Portanto é importante encorajar o sector privado para assegurar a extensão do sistema de telecomunicações no distrito, sobretudo para as regiões de maior densidade populacional e nos focos de actividades turísticas.



É de salientar que a água apesar de ser um bem social, também exige condições ou serviços técnicos especializados para garantir a sua disponibilidade, particularmente no que concerne aos elementos físicos (fontes).

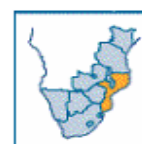
<i>Objectivos específicos</i>	<i>Como intervir?</i>
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a acessibilidade das vias secundárias e terciárias (vicinais), para facilitar o escoamento de excedentes agrícolas e movimentação de pessoas. 	<ul style="list-style-type: none"> Reabilitação de estradas com envolvimento da mão – de – obra não qualificada recrutada localmente; Manutenção de rotina das estradas com envolvimento da mão – de – obra não qualificada recrutada localmente; Reabilitação de pontes; Capacitação do sector local na fiscalização das obras de manutenção,
<ul style="list-style-type: none"> Expandir e melhorar a rede de fornecimento de energia eléctrica 	<ul style="list-style-type: none"> Promoção de fontes alternativas para electrificação dos Postos Administrativos; Promoção de métodos adequados de fonte de energia.
<ul style="list-style-type: none"> Expandir e melhorar a eficiência do sistema das telecomunicações no distrito. 	<ul style="list-style-type: none"> Introduzir os serviços da rede fixa; Expansão da telefonia móvel
<ul style="list-style-type: none"> Aumentar os níveis de cobertura de abastecimento de água potável. 	<ul style="list-style-type: none"> Participação das comunidades na operação e manutenção das fontes; Capacitação dos beneficiários Construção de fontes de água Reabilitação das fontes existentes Divulgação de Política Nacional de Água
<ul style="list-style-type: none"> Promover o saneamento do meio a baixo custo e acessível para melhorar as condições sanitárias das comunidades. 	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização e consciencialização sobre medidas higiénicas básicas; Protecção das zonas de maior risco de erosão; Promoção do uso de latrinas
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar as condições de habitabilidade das comunidades locais. 	<ul style="list-style-type: none"> Capacitação das comunidades em técnicas construtivas melhoradas na base dos materiais locais; Ordenamento territorial das áreas de maior concentração populacional;

6.3.4 Ambiente

Apesar de se tratar de um assunto transversal, as questões ambientais merecem um destaque especial dado ao agravamento, cada vez crescente, dos problemas desta natureza que se verificam no distrito de Palma.

Aqui, os problemas ambientais resultam, principalmente, das queimadas descontroladas, pressão sobre os recursos naturais, sobretudo, corte de madeira e sobre os recursos marinhos, bem como a ocupação desordenada do solo. Assim, a médio ou longo prazo a estratégia da Coordenação da Acção

Palma



Ambiental neste distrito visa: Assegurar a correcta gestão do meio ambiente e garantir o bem-estar social através do desenvolvimento económico sustentável em harmonia com os ecossistemas locais.

Actualmente, a seca e a erosão são as principais características dos problemas ambientais que se manifestam com certa preocupação a vista de todos. Ademais, o crescente desenvolvimento do turismo da costa, e, em especial nas ilhas, é um prenúncio do aumento da pressão sobre os recursos marinhos e costeiros, facto que justifica a preocupação do Governo quanto a consciencialização ambiental das comunidades.

<i>Objectivos específicos</i>	<i>Como intervir?</i>
<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o Plano de Ordenamento Territorial com vista a garantir o uso adequado dos espaços físicos 	<ul style="list-style-type: none"> Desenhar e implementar os planos de urbanização das sedes distritais Divulgação das Normas de uso e aproveitamento do solo para fins habitacionais
<ul style="list-style-type: none"> Envolver as comunidades na gestão e protecção do meio ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilização das comunidades em questões ambientais (queimadas descontroladas, ocupação desordenada do solo) Divulgação da legislação ambiental Combater os desastres naturais provocados pelo homem (erosão) Criação de espaços verdes nos centros populacionais

Para além da questão ambiental, é importante considerar-se um leque de outras questões transversais, no âmbito de funcionamento das instituições públicas, a saber:

Género

HIV – SIDA

Segurança alimentar e

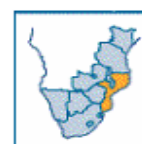
Na base desta visão, a área de governação tem como batalha o alcance dos seguintes objectivos específicos:

1. No que concerne ao Género – a área de governação deve integrar no quadro das suas acções os seguintes aspectos:

- Estabelecimento de mecanismos que possibilitem o acesso de mulheres aos serviços de administração pública, e institucionalização de órgãos de atendimento/ protecção a mulher contra a violência doméstica;

- Acções que incentivem a participação da mulher na vida político – governativa, incluindo a sua integração em cargos de chefia ou direcção;

Palma



- Encorajar com acções concretas a participação das mulheres nos foras de consulta em todos níveis (Conselhos Locais).

2. Com relação ao HIV/ SIDA – a Função Publica, em geral, e a componente de governação, em particular, deve conceber acções que assegurem a assistência aos funcionários afectados e infectados e elaborar um plano específico de acções envolvendo a sociedade civil, sector privado e outros parceiros, sob orientação do quadro das estratégia definidas pelo CNCS, que preconiza as vertentes de prevenção, mitigação dos impactos e tratamento,

3. Quanto a Segurança Alimentar – Palma tratando se dum distrito rural, a questão de segurança alimentar deve assumir o papel relevante para salvaguardar a disponibilidade de alimentos as populações durante todo ano, portanto, acções de sensibilização e consciencialização dos cidadãos deve ser contínuos, bem como incentivar alguns sectores sociais a desenvolver actividades de auto – sustento, como são os casos de machambas escolares, centro prisionais abertos, etc.

6.3.5 Governação

A governação é o volante de todo o processo de desenvolvimento distrital. Boa Governação significa garantir o acesso aos serviços públicos de qualidade aos cidadãos, respeitos pelos direitos humanos salvaguardar a integridade física e moral, garantir a participação activa do cidadão nos processos sócio – económico e político do distrito bem como a valorização dos seus ideais.

Portanto constitui objectivo estratégico desta área fundamental ao desenvolvimento sócio – económico do distrito, o seguinte: Garantir a população de Palma um serviço público abrangente, eficiente, eficaz e responsável, que satisfaça as necessidades dos cidadãos; as questões cruciais desta área são:

- Combate a corrupção;
- Fortalecimento das instituições locais dos órgãos do Estado;
- Cumprimento e fiscalidade pelas leis em vigor.

Na base desta visão, a área de governação tem como batalha o alcance dos seguintes objectivos específicos:

<i>Objectivos específicos</i>	<i>Como pensamos intervir (distrito)?</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Tornar os serviços públicos acessíveis, menos burocráticos, para satisfazer os interesses dos cidadãos 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do sistema de registo e arquivo; • Disseminação das leis e regulamentos... • Capacitação dos funcionários; • Modernização das instituições do sector público
<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecer a capacidade institucional dos serviços públicos para melhorar a eficiência e eficácia do seu funcionamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação em serviço dos funcionários do Estado; • Recrutamento de quadros qualificados, • Construção e reabilitação de infraestruturas para o funcionamento das instituições do Estado. • Identificação de parcerias Governo / sector privado
<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a gestão das instituições públicas, para tornar instituir a confiança pelos cidadãos e uso racional dos recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar os sistemas de planificação e gestão participativa; • Instituir mecanismos de transparência sobre bens e recursos públicos e de prestação de contas; • Definir metodologias para aumentar as receita o seu uso adequado; • Instituição de mecanismos locais de procurement conforme as normas em vigor
<ul style="list-style-type: none"> • Garantir aos cidadãos serviços de justiça abrangente, acessível, transparente e inclusivo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituir e capacitar tribunais comunitários • Instituir Órgãos de justiça (tribunal distrital e procuradoria) • Expansão dos serviços de registos civil e notariado
<ul style="list-style-type: none"> • Expandir e melhorar a acção das forças policiais para proporcionar a população segurança e tranquilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Policiamento comunitário; • Capacitar as forças policiais •



Referências documentais

- Balanço do Plano Económico e Social Durante o Ano de 2010, *Governo Distrital*.
- Balanço do Plano Económico e Social Durante o Ano de 2011, *Governo Distrital*.
- CENACARTA - <http://www.cenacarta.com>
- Conta Geral do Estado 2011 e 2010 – *Ministério das Finanças, Direcção Nacional do Orçamento*.
- District Poverty Maps for Mozambique: 1997 and 2007 - Based on consumption adjusted for calorie underreporting - *Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas*.
- Estrutura Tipo do Governo Distrital - Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril.
- Fichas estatísticas para o perfil distrital – *Serviços Distritais*
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agropecuário, 2009-2010*.
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 2007*.
- Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março.
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares*.
- Ministério da Saúde, *Estatísticas da Saúde*.
- Perfil Distrital de 2005, *Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional da Administração Local*.
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital, *Governo Distrital* (Plano para cinco anos)

- Regulamento da Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março.
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2010, *Governo Distrital*.
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *Governo Distrital*.
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDAE*
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDPI*
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDSMAS*
- Relatório de Balanço das Actividades Desenvolvidas durante o Ano de 2011, *SDEJT*
- Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 3ª Avaliação Nacional (Outubro de 2010), *Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas*.
- Revista de Marketing Territorial – *Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural*.

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa.

Copyright © 2012 Ministério da Administração Estatal

Todos os direitos reservados.



Publicado por

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Direcção Nacional de Administração Local

Maputo - Moçambique

Primeira edição, primeira impressão 2012

Esta publicação está disponível na Internet em <http://www.portaldogoverno.gov.mz>